

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

VINICIUS MORAIS DE SOUZA

**PARA QUEM SERVE O CURSO DE FILOSOFIA?
A VIOLÊNCIA EPISTÊMICA QUE MOLDA O CURRÍCULO DE
FILOSOFIA**

João Pessoa
2023

VINICIUS MORAIS DE SOUZA

**PARA QUEM SERVE O CURSO DE FILOSOFIA?
A VIOLÊNCIA EPISTÊMICA QUE MOLDA O CURRÍCULO DE
FILOSOFIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Filosofia, pelo Curso de Filosofia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Orientador: Prof. Dr. Diego dos Santos Reis

João Pessoa
2023

VINICIUS MORAIS DE SOUZA

**PARA QUEM SERVE O CURSO DE FILOSOFIA?
A VIOLÊNCIA EPISTÊMICA QUE MOLDA O CURRÍCULO DE FILOSOFIA**

Aprovado em: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Diego dos Santos Reis (Orientador)
DFE/CE/UFPB

Profa. Dra. Gabriela da Nóbrega Carreiro (Examinadora)
UFPB

Prof. Dr. Gilfranco Lucena dos Santos (Examinador)
DF/CCHLA/UFPB

*Por afrontamento do desejo
insisto na maldade de escrever
mas não sei se a deusa sobe à superfície
ou apenas me castiga com seus uivos.
Da amurada deste barco
quero tanto os seios da sereia.*

“nada, esta espuma”, de **Ana Cristina Cesar**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus amigos que amo tão imensamente e são minha principal rede de suporte, principalmente durante a pandemia. Tenho sorte de ter tantos amigos, e de serem amigos tão bons, que são partes constitutivas da minha vida. Agradeço à minha família, principalmente minha mãe, Ivânia Morais de Souza, por ter me dado a educação que tenho; ao meu irmão, Augusto César Morais de Souza, por ser o filho responsável, pois assim eu pude ser o filho que estuda filosofia. Agradeço ao meu pai, José Francisco de Souza, que mesmo tendo falecido quando eu tinha onze anos, se fez presente durante toda minha vida.

Agradeço à Ângela Albuquerque, servidora do departamento de filosofia, que me apresentou boa parte dos documentos analisados neste trabalho, e muitos outros. Agradeço aos servidores do setor de arquivo do CCHLA, os quais infelizmente não anotei os nomes, assim como as funcionárias da PRG, que foram extremamente prestativas em minhas consultas de materiais.

Agradeço aos professores que contribuíram na minha formação, em especial agradeço ao professor Gilfranco Lucena, por ter ministrado a disciplina de Estética Filosófica, que foi uma das melhores experiências que tive neste curso. Agradeço à professora Gabriela Carreiro, que batalhou para garantir que seus estudantes tivessem experiência em sala de aula nas disciplinas de estágio, e que trouxe a mim diversas referências bibliográficas importantíssimas, incluindo a Sueli Carneiro. Por fim, agradeço ao professor Diego dos Santos Reis, que fez tudo que eu poderia esperar de um bom orientador, além de ser simplesmente uma presença agradável e pessoa central para minha pesquisa.

RESUMO

Este trabalho almeja analisar a história recente do curso de filosofia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com um foco na licenciatura, questionando que perfil de licenciado/a o curso forma. Busca-se pensar se a formação atual é coerente com os objetivos traçados, se considera o ensino de filosofia como disciplina de formação básica, e, principalmente, se responde aos anseios e interesses daqueles/as que buscam se aprofundar, em perspectivas diversas, na investigação filosófica. Para isso, o trabalho tem como referencial teórico, sobretudo, a obra *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*, de Sueli Carneiro. O trabalho tem como metodologia a pesquisa historiográfica/arquivística/documental, que faz um trabalho de preservação da memória do curso e evidencia dados relevantes à sua construção e manutenção, além de ser uma pesquisa bibliográfica, que faz o trabalho de análise crítica dos documentos apresentados. Dado o escopo e o recorte restritos do trabalho de conclusão de curso, a pesquisa aponta caminhos críticos, com vistas a apresentar considerações, condições e contradições a serem repensadas no processo de revisão curricular do curso.

Palavras-chave: Ensino de filosofia; História da filosofia; Epistemicídio; Violência epistêmica; Formação filosófica.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the current state and recent history of the philosophy course at the Federal University of Paraíba (UFPB), with a focus on the undergraduate degree, questioning what profile of graduate the course produces. The aim is to consider whether current training is coherent with the objectives set, whether it considers the teaching of philosophy as a basic training subject and, above all, whether it responds to the desires and interests of those who seek to delve deeper into philosophical research from different perspectives. To this end, the work's theoretical reference is mainly Sueli Carneiro's *The construction of the other as non-being as the foundation of being*. The work's methodology is historiographical research, which preserves the memory of the course and highlights information relevant to its construction and maintenance, as well as bibliographical research, which critically analyzes the historiography surveyed. Given the due limited scope of a graduate level dissertation, the research points out critical paths, with a view to presenting considerations and conditions to be rethought in the process of revising the philosophy course's curriculum.

Keywords: Philosophy teaching; History of philosophy; Epistemicide; Epistemic violence; Philosophical education.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|-------|--|
| BNCC | Base Nacional Comum Curricular |
| CCHLA | Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes |
| PRG | Pró-Reitoria de Graduação |
| PPC | Projeto Político-Pedagógico |
| SIGAA | Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas |
| UFPB | Universidade Federal da Paraíba |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| FIGURA 1 - Fluxograma do Curso de Graduação em Filosofia - CCHLA/UFPB..... | 14 |
| FIGURA 2 - Ementa da disciplina “História da Filosofia” no ano de 1961..... | 17 |
| FIGURA 3 - Ementa da disciplina “História da Filosofia - Problemas Atuais da Filosofia IV no ano de 1968..... | 19 |
| FIGURA 4.1 - Ementa da disciplina “Estética” em 1968..... | 22 |
| FIGURA 4.2 - Ementa da disciplina “Estética” em 1968 (verso)..... | 23 |
| FIGURA 5.1 - Ementa da disciplina “Cultura Brasileira”, de 1969..... | 24 |
| FIGURA 5.2 - Ementa da disciplina “Cultura Brasileira” de 1969 (verso)..... | 25 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| TABELA 1 - Textos de Referência para a disciplina “HISTÓRIA FILOS. CONTEM. I” no período 2021.2..... | 20 |
| TABELA 2 - Textos de Referência para a disciplina “HISTÓRIA DA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA II” no período 2022.1..... | 21 |
| TABELA 3 - Textos de Referência para a disciplina “HISTÓRIA DA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA III” no período 2022.2..... | 21 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 1 MATRIZES CURRICULARES E O HISTÓRICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA UFPB..... | 13 |
| 1.2 Ementas esquecidas..... | 16 |
| 2 VIOLÊNCIA EPISTÊMICA..... | 27 |
| 3 QUE ENSINO DE FILOSOFIA? BREVE RELATO DE UM PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA..... | 33 |
| CONCLUSÃO..... | 36 |
| ANEXOS..... | 41 |
| REFERÊNCIAS..... | 38 |

INTRODUÇÃO

É parte da experiência comum de um/a estudante de filosofia, principalmente quando se propõe a ser um professor/a, ser confrontado com a questão da importância da filosofia. Não tendemos a perguntar a um estudante de engenharia elétrica para que serve seu curso; mas o valor da filosofia não nos é tão claro pelo senso comum, como é o valor da engenharia elétrica. Sobretudo, porque, dependendo da abordagem filosófica, o valor e o sentido da filosofia podem ser mais "tradicionais" ou contra-hegemônicos.

De fato, um campo de estudo que projeta, produz e faz manutenção de matrizes elétricas, linhas de transmissão, redes de iluminação, motores, baterias e produtos eletrônicos; que impulsiona a automação, a computação e a industrialização possui um valor notório para nossa sociedade. Posto de forma explícita: a engenharia elétrica é produtiva ao capital. As atividades e trabalhos gerados por este campo são facilmente comercializáveis. Isto não quer dizer que tal campo não tenha algum valor para além dos interesses do capital, mas é esse valor que move os investimentos nesse campo e é este valor que faz a pergunta “para que serve a engenharia elétrica?” soar como uma pergunta tola.

Algumas filosofias são facilmente comercializáveis (tal como a filosofia encontrada em livros de autoajuda), mas, de um modo geral, as habilidades e funções comumente atribuídas à filosofia, não possuem um valor comercial tão evidente. Esperamos de resposta para a questão “para que serve a filosofia?” coisas como: desenvolvimento de senso crítico, refinamento da lógica e da razão, compreensão dos valores qualitativos da vida humana, capacidade de reflexão, compreensão da consciência de si, etc. Não por acaso, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) proposto para o curso de licenciatura em filosofia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), neste ano de 2023, descreve o perfil de egresso/a do curso da seguinte forma:

Em resumo, o licenciado em filosofia está plenamente formado para a atuação no ensino básico, é um profissional com apurado senso crítico, capacidade de reflexão, e consciência das articulações da filosofia com as ciências, tecnologias, artes e diversas manifestações culturais.

Historicamente, a política educacional brasileira é antagônica ao ensino de filosofia. Seja a erradicação da filosofia no ensino médio durante a ditadura militar, a partir da Lei n. 5.692/1971, seja a não obrigatoriedade do ensino de filosofia a partir da reforma do ensino

médio, com a Lei nº. 13.415/2017, ou os constantes e incontáveis cortes às bolsas de pesquisas de iniciação científica, mestrado ou doutorado na área da filosofia. Por isso, o ensino de filosofia no Brasil é extremamente condicionado a estar em constante defensiva. E, tradicionalmente, a defesa do ensino de filosofia é feita relembrando seu papel no desenvolvimento do senso crítico, diversas vezes de uma forma romantizada, como aponta Patrícia Velasco (2011), em seu artigo *Notas sobre o Ensino de Filosofia como Problema Filosófico*. A defesa apaixonada do ensino de filosofia lhe idealiza como algo valoroso por si só, ou algo construtor do caráter crítico do/a estudante, mas de uma forma que não explora como a filosofia em si se representa nesse ensino. Velasco sugere que, se a identificação do que é filosofia já é um problema filosófico, o ensino de filosofia igualmente o será. Dada a diversidade de respostas para “Que é filosofia?”, igualmente diferentes serão os significados e as direções do ensino de filosofia.

Se há alguma espécie de consenso de que a filosofia deve construir um senso crítico, então devemos sempre lembrar que a criticidade do pensamento não é uma qualidade objetiva e definida, sempre podendo ser questionado “pensamento crítico a quê?”. Simultaneamente, o ensino de filosofia também se encontra delimitado por questões objetivas: condições históricas, sociais e culturais.

Essa análise contextual sobre a questão “para que serve a filosofia?” é necessária para entendermos o problema central do presente trabalho: *para quem serve o curso de filosofia?* Quando se afirma a construção do senso crítico feita pelo curso, deve ser questionado: para qual senso crítico o curso apela? O curso é capaz de prover as bases fundamentais para a construção de um senso crítico? O curso é capaz de formar filósofos/as? É capaz de formar professores/as especializados no ensino de filosofia?

É importante deixar claro que os problemas condutores desse trabalho não são aqui declarados para fim de mais um ataque ao curso de filosofia, mas sim para contribuir com uma defesa da filosofia que não seja idealizada e distante da realidade do território e das pessoas discentes. E, também, para atizar a construção de um ensino de filosofia que pretenda ser popular.

1 MATRIZES CURRICULARES E O HISTÓRICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA UFPB

Seria muito idealista achar que podemos entender a serventia do curso de filosofia através de uma análise apenas de sua estrutura curricular. Porém, uma análise das matrizes curriculares do curso junto aos seus programas políticos-pedagógicos ao longo das décadas pode nos dar uma noção de como, historicamente, a graduação em filosofia na UFPB se estrutura e que tipo de formação filosófica o curso propõe.

No período letivo atual (2023.1), o curso de filosofia ainda segue o mesmo programa político-pedagógico e a mesma matriz curricular em vigor desde 1992. Com exceções de algumas resoluções diferentes para disciplinas optativas, uma pequena mudança do quadro de docentes e um momento de adaptação durante a pandemia de COVID-19, podemos afirmar, de modo geral, que o modelo curricular do curso manteve-se o mesmo durante mais de três décadas. Esse modelo é apresentado no fluxograma abaixo:

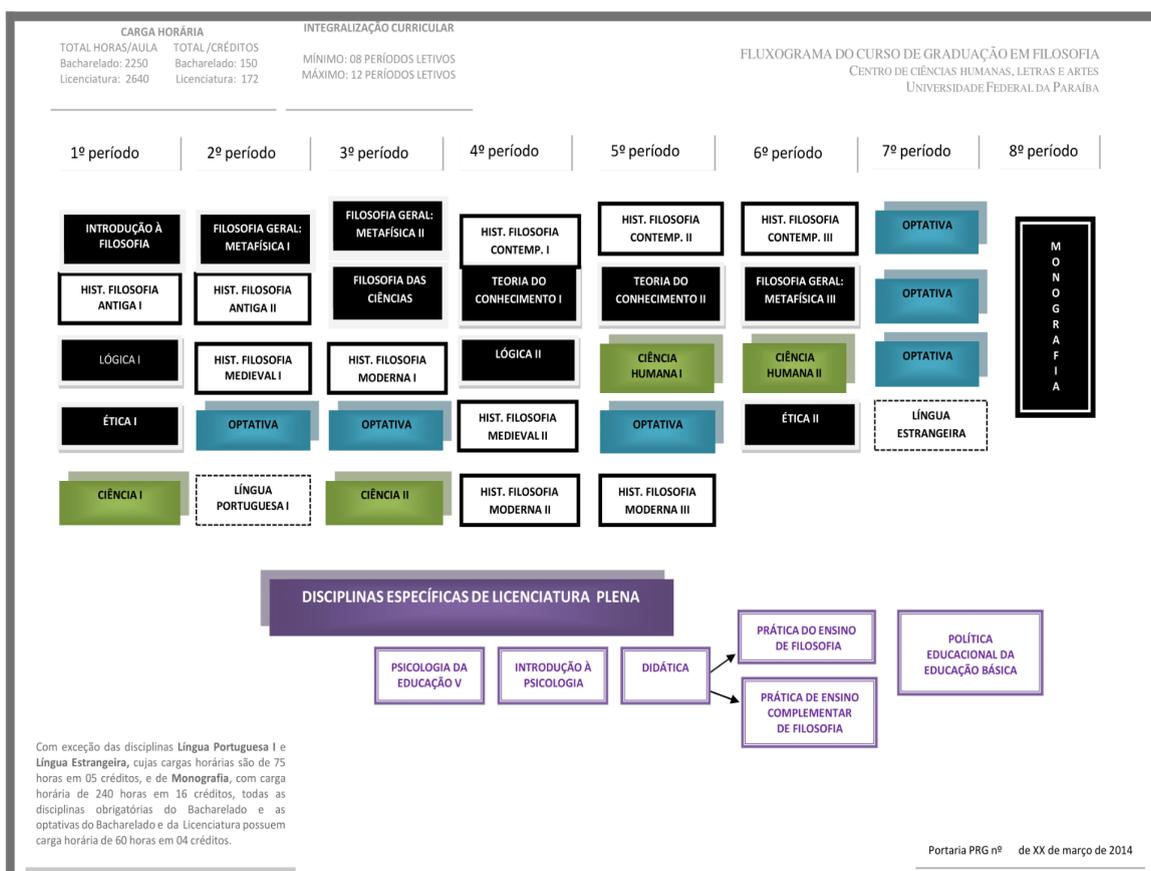


Figura 1: Fluxograma do Curso de Graduação em Filosofia - CCHLA/UFPB.
 Fonte: Site da Coordenação do curso de Filosofia, CCHLA/UFPB.

Nesse fluxograma, temos o rol das disciplinas previstas para cada período, e, como afirmado anteriormente, não podemos reduzir o curso a esta listagem. É necessário, para que possamos analisar de fato as disciplinas presentes nesse modelo, nos debruçar em uma investigação dos componentes bibliográficos e na ementa de cada disciplina, na forma como se relacionam entre si e com o projeto político-pedagógico do curso, na forma como se apresentam aos/às estudantes. Aqui, por hora, nos atemos somente à lista das disciplinas, porque, ainda que seja algo aparentemente simples, podemos analisar pontos importantes dessa configuração.

Logo de saída, uma informação salta em flagrante: há pouca diferença entre o percurso previsto para o curso de bacharelado e a licenciatura, bem como um número bastante reduzido de disciplinas específicas da licenciatura. Destas, apenas as disciplinas das práticas de ensino mencionam a palavra filosofia; e nenhuma disciplina se refere diretamente ao pensar filosófico e, conseqüentemente, ao ensino de filosofia.

Outro ponto merece destaque: em um currículo de filosofia de uma instituição situada no nordeste do Brasil, na Paraíba, não há qualquer disciplina obrigatória ou optativa de filosofia brasileira¹, nem de filosofias africanas, indígenas ou orientais. Evidentemente, nada impede que essas filosofias ou recortes temáticos sejam abordados ao longo das disciplinas de história da filosofia (HIST. FILOSOFIA ANTIGA I e II, HIST. FILOSOFIA MEDIEVAL I e II, HIST. FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA I, II e III etc.), mas, como veremos em adiante nas análises dos conteúdos das disciplinas, quando o curso trata de “filosofia antiga”, seria ingenuamente generoso achar que esta antiguidade refere-se a um recorte puramente temporal.

Da mesma forma, vale notar a ausência, como disciplinas obrigatórias, da Estética Filosófica e da Filosofia Política; e o fato de que somente as disciplinas que abrangem o campo da Psicologia estão presentes como conteúdos específicos da formação da licenciatura, sendo excluída até mesmo a filosofia da educação.

A lista das disciplinas listadas também sugere que o currículo de uma licenciatura em filosofia não se preocupa em abordar os assuntos do componente curricular de Filosofia presentes no ensino básico, algo que precisa ser estranhado, dado que se trata de um curso que forma professores/as de filosofia para atuação no ensino básico. Ou seja, é cobrado do/a professor/a de filosofia nessa etapa que ensine sobre tópicos específicos, como o

¹ É importante dizer que, mesmo que nem sempre tenham sido ofertadas, as disciplinas “Estudos de Problemas Brasileiros I”, “Estudos de Problemas Brasileiros II”, “Filosofia no Brasil I” e “Filosofia no Brasil II” são previstas como disciplinas optativas, nesse mesmo currículo.

contratualismo, o existencialismo, estética filosófica ou indústria cultural; mas não há, no processo formativo, garantia de que o/a estudante da graduação em licenciatura em filosofia terá contato com esses debates ou bibliografias.

Dado o fato de que esse fluxograma de disciplinas descreve a estrutura curricular do curso desde 1992, é compreensível que as pessoas que se formaram nas últimas três décadas pensem que o curso sempre foi dessa forma, ou similar. A graduação em Filosofia, na Paraíba, teve início em 1955, no Lyceu Paraibano². Sua formação era dividida em três etapas de um ano cada. O currículo organizava-se da seguinte forma, conforme historiciza o novo PPC, de 2023, do curso (que ainda não está vigente)³:

1º ano – Introdução à Filosofia; Psicologia; História da Filosofia; Lógica.

2º ano – Psicologia; Sociologia; Lógica.

3º ano – Psicologia; Ética; Estética; Filosofia Geral

Ainda segundo o documento:

No governo do Presidente Juscelino Kubitschek, o Decreto Federal nº 46.136/59 reconheceu o curso de Filosofia da Universidade da Paraíba (04 de junho de 1959). O curso teve continuidade e várias modificações foram feitas para o seu desenvolvimento. Em seguida, veremos as modificações mais recentes (UFPB, 2023).

Nessa época, o curso ainda não era dividido em suas modalidades de Bacharelado e Licenciatura, pois tal divisão foi instituída somente a partir de 1986. É interessante notar algumas diferenças já significativas em relação ao currículo de 1992 do curso de filosofia da UFPB: a presença de uma disciplina de Psicologia prevista para cada um dos anos da formação; a presença da disciplina Estética e da disciplina de Sociologia.

Mas, ainda podemos inferir que esse currículo de 1955 é uma espécie de embrião para o currículo de 1992. Com algumas alterações e alguns acréscimos, os cursos seriam muito similares. Porém, a história do curso de filosofia da UFPB não é simplesmente o desdobramento de um progresso gradual. Em diversos momentos, os escopos do curso se expandem e se contraem, se viram de um lado para o outro e apresentam componentes curriculares que fogem bastante dos moldes atuais do curso.

² Uma das primeiras instituições de ensino de João Pessoa, fundada em 1836, situada no Centro.

³ Obtive acesso a este documento entrando em contato com o atual coordenador do curso de graduação em filosofia, o Prof. Dr. Hermógenes Herbert Pereira Oliveira.

Pretendo neste momento do trabalho evidenciar alguns desses componentes. Para isto, gostaria de explicitar, logo de saída, que a seleção desses exemplos foi feita pensando em como os currículos anteriores incluíam componentes mais plurais e, acredito, a ausência de componentes similares àqueles são sintomas das carências e lacunas do modelo atual do curso e suas concepções formativas. Isso não quer dizer que seja preferível um currículo ou outro, na medida em que a seleção aponta componentes curriculares que acredito serem retrógrados e que ainda não dão conta da diversidade de filosofias e seu ensino nesse território.

A intenção da pesquisa, ao analisar currículos anteriores, é comparar como as disciplinas e suas denominações e ementas mudaram ao longo dos anos, e analisar que diferentes concepções de filosofia o curso abordou no decorrer de sua história. Antes de fazer essa pesquisa, imaginava que tal análise seria feita consultando documentos digitais que listassem as matrizes curriculares do curso ao longo da história, e procederia via comparação de seus componentes. Porém, é importante dizer que os documentos não são de fácil acesso e não há registro digital disponível dos currículos anteriores ao currículo de 1992. Essa pesquisa foi feita abrindo cofres e armários, remexendo pastas de papéis amarelados, quebradiços e empoeirados. O que diz muito, também, sobre a história e como a memória institucional tem se perdido nos últimos anos.

É preciso entender, também, que o currículo não é apenas um documento técnico, um conjunto neutro de conhecimentos ou habilidades, como nos aponta Tomaz Tadeu da Silva e Michel Whitman Apple (1989), o currículo é um espaço de disputa de vozes, que reforça ou combate certas identidades e relações sociais, e possui uma natureza política, para além de sua natureza educacional.

1.2 Ementas esquecidas

É importante descrever o momento que me estimulou a dedicar uma parte deste trabalho à exposição dessas disciplinas. Após abrir alguns cofres, em busca de currículos passados do curso, sem muito êxito, recebi a ajuda da servidora do Departamento de Filosofia da UFPB, Angela Albuquerque de Oliveira, que me apresentou algumas caixas de documentos das décadas de 60 e 70. Nelas, constavam documentos relativos às ementas de diversos componentes curriculares do curso de filosofia. Após abrir a primeira caixa a que tive acesso e ler o primeiro documento que encontrei, tive a certeza que gostaria de incluí-lo em minha pesquisa.

O documento registra uma disciplina de História da Filosofia, no ano de 1961⁴. Por se tratar de uma disciplina de primeira série⁵, seu programa propõe uma introdução à História da Filosofia, estudando a história da filosofia antiga.

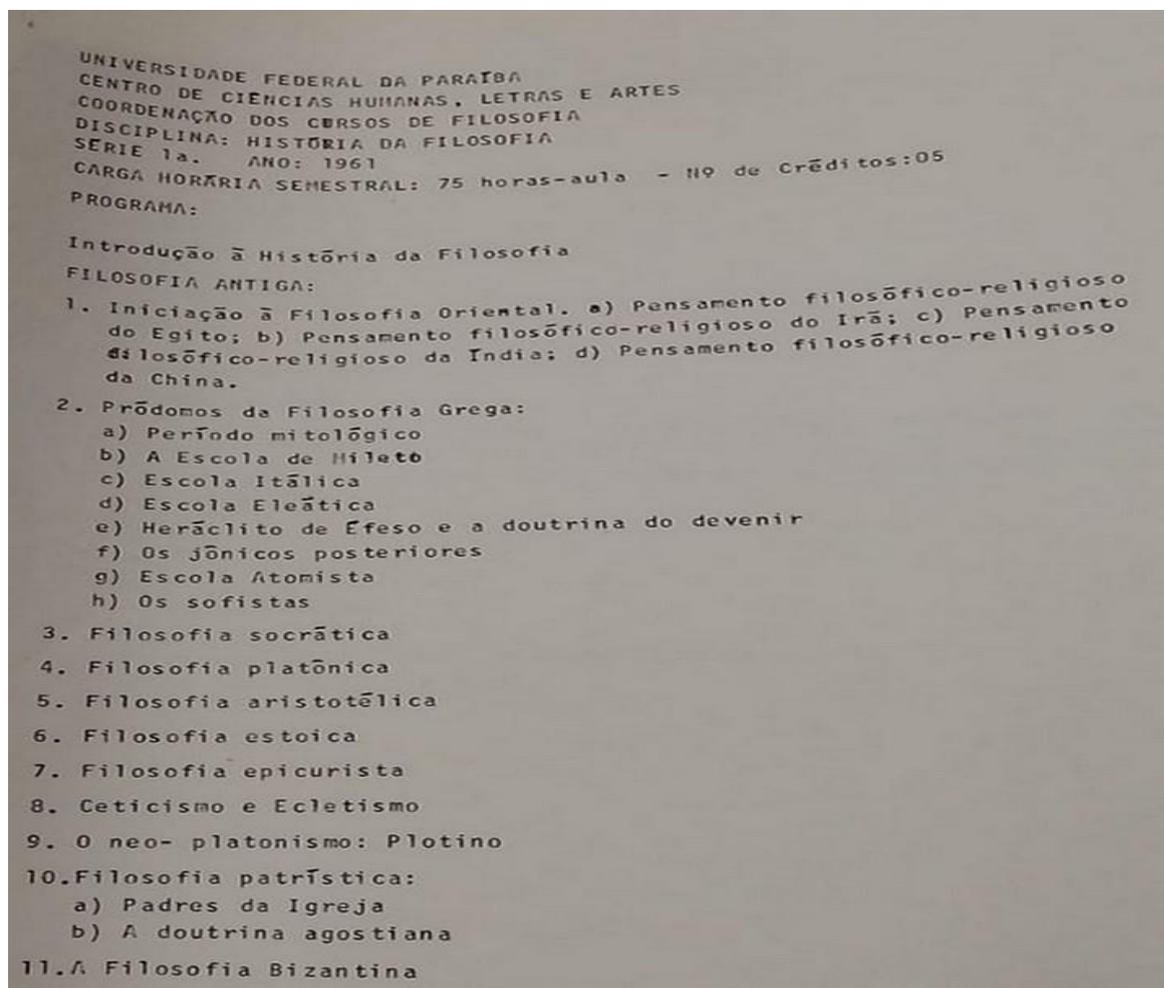


Figura 02: Ementa da disciplina “História da Filosofia” no ano de 1961.

A disciplina inicia seus estudos de Filosofia antiga não com Aristóteles, Platão, Parmênides ou qualquer outro filósofo grego, mas, sim, com uma iniciação à filosofia oriental. Em nenhum momento de minha formação foi sequer sugerido que existisse tal coisa como o “Pensamento Filosófico-Religioso do Irã” na antiguidade. Na verdade, estudar a filosofia da antiguidade, durante toda minha formação, era sinônimo de estudar filosofia grega.

⁴ Neste mesmo ano, temos a promulgação da lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as bases da educação nacional. Com ela, o ensino de filosofia torna-se obrigatório para as turmas de ensino médio.

⁵ Como citado anteriormente, nesta época o currículo era dividido em três séries de um ano cada.

Mais uma vez, é fundamental não cair num idealismo; a ementa do curso ainda é tendenciosa à filosofia greco-romana e, mesmo sendo uma disciplina anual ao invés de semestral, não é tempo suficiente para alguma espécie de formação profunda na filosofia oriental, ainda mais sendo um módulo da disciplina entre dez outros. Contudo, essa matéria foi mais do que suficiente para atizar minha curiosidade. Que curso é esse que produziu esses documentos? Qual era o perfil comum de um/a estudante do curso de filosofia em 1961? Será que eram consideradas interessantes ou esquisitas as aulas que tratavam de filosofia oriental? Como terá sido a forma de ensino desse tópico?

Em comparação, o estudo da história da filosofia antiga no currículo atual se dá por meio de dois componentes curriculares, que possuem as seguintes ementas:

História de Filosofia Antiga I

código 1402220

Ementa: a) Panorama histórico-cultural do mundo antigo: do período arcaico ao período clássico) Autores: dos pré-socráticos a Platão; c) Indicação de textos: Pré-socráticos - Fragmentos e Doxografia dos pré-socráticos; Platão – República, Teeteto, Parmênides, Sofista.

História da Filosofia Antiga II

código 1402221

Ementa: a) Panorama histórico-cultural do mundo grego: Período clássico ao período helenístico; b) Autores: Aristóteles e Plotino: Epicuristas e estóicos; c) Indicação de textos: Aristóteles – Metafísica; Plotino – Enéadas (UFPB, 1992).

Veja-se que o “mundo antigo” é reduzido a um punhado de autores gregos. O/a estudante de filosofia, no currículo atual, num dos melhores casos, aprenderá sobre Sócrates, desde seus diálogos com Parmênides, até o momento em que a cicuta dava sinais de efeito; e não saberá uma palavra acerca de Confúcio ou de filosofias africanas.

O documento a seguir, datado de 1968, é mais um exemplo de uma disciplina de História da Filosofia que é importante ser destacada:

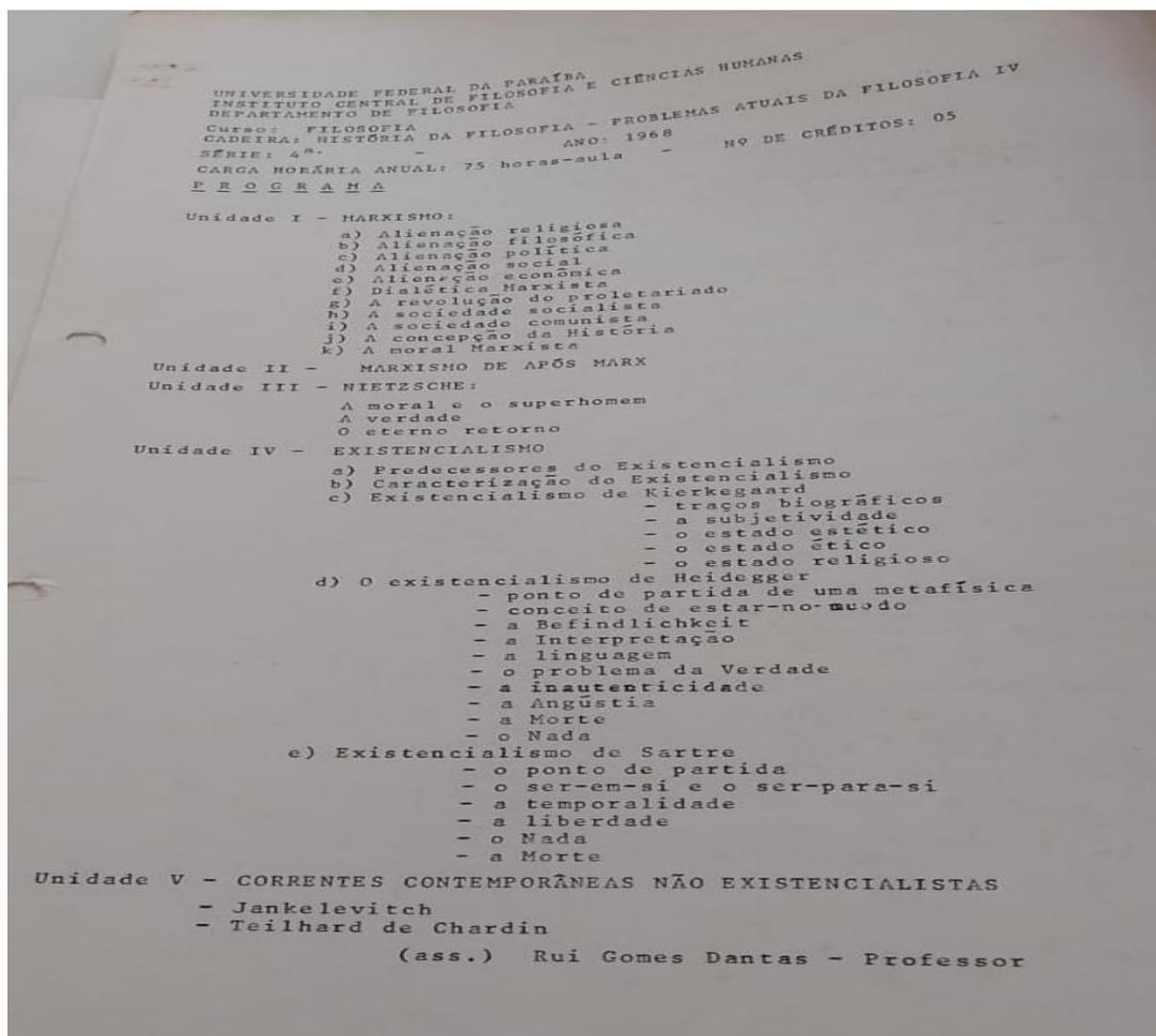


Figura 03: Ementa da disciplina “História da Filosofia - Problemas Atuais da Filosofia IV” no ano de 1968.

É importante notar que, em 1968, mesmo sob a ditadura militar, temos uma disciplina com duas unidades dedicadas ao estudo do marxismo. Não causaria espanto se o marxismo continuasse na ementa das futuras disciplinas de história da filosofia contemporânea, pois o marxismo é uma das principais correntes filosóficas após a revolução industrial e, normalmente, é parte do currículo da disciplina de filosofia no ensino básico. Porém, na forma atual do curso, os/as estudantes da graduação em filosofia podem se formar sem ter lido ou tido uma única aula sobre qualquer texto ou perspectiva marxista.

Podemos falar o mesmo do existencialismo. Apesar do curso ter mantido o estudo de autores como Nietzsche e Heidegger, presentes em suas ementas, não é desenvolvida a discussão sobre o existencialismo para seus autores e suas autoras mais contemporâneos/as, como Sartre, Camus, Beauvoir etc. Mais uma vez, a título de comparação, essas são as ementas propostas para o ensino de História da Filosofia Contemporânea no currículo atual:

História da Filosofia Contemporânea I

código 1402226

Ementa: A Filosofia e a Revolução Industrial. O colapso dos sistemas idealistas e a transformação da consciência científica. A emergência das ciências históricas e a controvérsia sobre sua fundamentação metodológica.

História da Filosofia Contemporânea II

código 1402222

Ementa: O relativismo historicista e o psicologismo. A crítica à subjetividade. Nihilismo e Finitude.

História da Filosofia Contemporânea III

código 1402224

Ementa: Sentido, linguagem e compreensão na Filosofia do século XX. (Ementário disponibilizado pelo departamento de Filosofia da UFPB).

O ementário dessas disciplinas não faz menção aos textos trabalhados nelas, porém, consultando o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), temos as seguintes listagens de bibliografias de referência:

| |
|--|
| Disciplina: História da Filosofia Contemporânea I |
| Schnadelbach, H.. Filosofia en Alemanha 1831-1933. . CATEDRA. 1991 |
| Leo Catana. The Historiographical Concept "System of Philosophy" .. . Brill. 2008 |
| HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Introdução à história da filosofia . 2.ed. Coimbra: Armenio Amado, 1952. XXXVIII, 152p. (Studium. Temas filosóficos, jurídicos e sociais) |
| MARTIAL GUÊROULT. A Filosofia da História da Filosofia, Cap. O PROBLEMA DA LEGITIMIDADE DA HISTÓRIA DA FILOSOFIA . . Vrin. 1958 |
| Edmund Husserl. A Ideia da Fenomenologia, Cinco Lições . . Vozes. 2020 |
| Martin Heidegger. Lógica: la pregunta por la verdad . . Alianza Editorial. 2004 |

Tabela 01: Textos de Referência para a disciplina “HISTÓRIA FILOS. CONTEM. I” no período 2021.2. Fonte: SIGAA.

| |
|---|
| Disciplina: História da Filosofia Contemporânea II |
| NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm; SOUZA, Paulo César. Além do bem e do mal : prelúdio de uma filosofia do futuro. São Paulo: Companhia de bolso, 2005. 247 p. ISBN: 853590641. |
| NIETZSCHE, Friedrich; SOUZA, Paulo César de. Aurora : reflexões sobre os preconceitos morais. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, 2008. 330p. ISBN: 9788535904789. |
| NIETZSCHE, Friedrich. Humano, demasiado humano . . COMPANHIA DAS LETRAS. 2000 |
| NIETZSCHE, Friedrich. Genealogia da Moral . . COMPANHIA DAS LETRAS. 1998 |
| TONGEREN, Paul van. A moral da crítica de Nietzsche à moral: Estudo sobre “Para além de bem e mal” . . Champagnat. 2012 |
| HEIDEGGER, Martin; CASANOVA, Marco Antônio. Nietzsche . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. V. ISBN: 9788521804222. |
| MOURA, Carlos Alberto Ribeiro de. Nietzsche :civilização e cultura. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 289p. ISBN: 853362087. |

Tabela 02: Textos de Referência para a disciplina “HISTÓRIA DA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA II” no período 2022.1
Fonte: SIGAA.

| |
|---|
| Disciplina: História da Filosofia Contemporânea III |
| HEIDEGGER, Martin. Ser e tempo . 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995, 1997, 2011. 2v. ISBN: 8532602258. |
| GADAMER, Hans-Georg; CASANOVA, Marco Antonio. Hermenêutica em retrospectiva, vol. I:Heidegger em retrospectiva . Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. v. (Textos Filosóficos) ISBN: 9788532634504. |
| STEIN, Ernildo. Seis estudos sobre ser e tempo . Petrópolis: Vozes, 1988. 132p. |
| LEÃO, Emmanuel Carneiro. Aprendendo a pensar . 2.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000. v. ISBN: 8532607217. |
| PÖGGELER, Otto; MENEZES, Jorge Telles. A via do pensamento de Martin Heidegger . Lisboa: Instituto Piaget, 2001. 418p. (Pensamento e Filosofia) ISBN: 9727714420. |
| VATTIMO, Gianni; GAMA, João. Introdução a Heidegger . São Paulo: Instituto Piaget, 1996. 210p. (Pensamento e Filosofia) ISBN: 9727710492. |

Tabela 03: Textos de Referência para a disciplina “HISTÓRIA DA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA III” no período 2022.2
Fonte: SIGAA.

Podemos resumir os estudos propostos pelas disciplinas de História da Filosofia Contemporânea como a leitura de três autores alemães e seus comentadores, com um

destaque exemplar ao filósofo Martin Heidegger, que permeia toda a contemporaneidade. Heidegger também é um dos principais autores dos textos de referência das disciplinas FILOSOFIA GERAL: METAFÍSICA I, FILOSOFIA GERAL: METAFÍSICA II, FILOSOFIA GERAL: METAFÍSICA III (SIGAA); contabilizando o total de seis disciplinas obrigatórias que estudam Heidegger, a partir de sete textos, sem contar com seus comentadores.

O próximo exemplo que vale ressaltar é do programa de uma disciplina de Estética, de 1968:

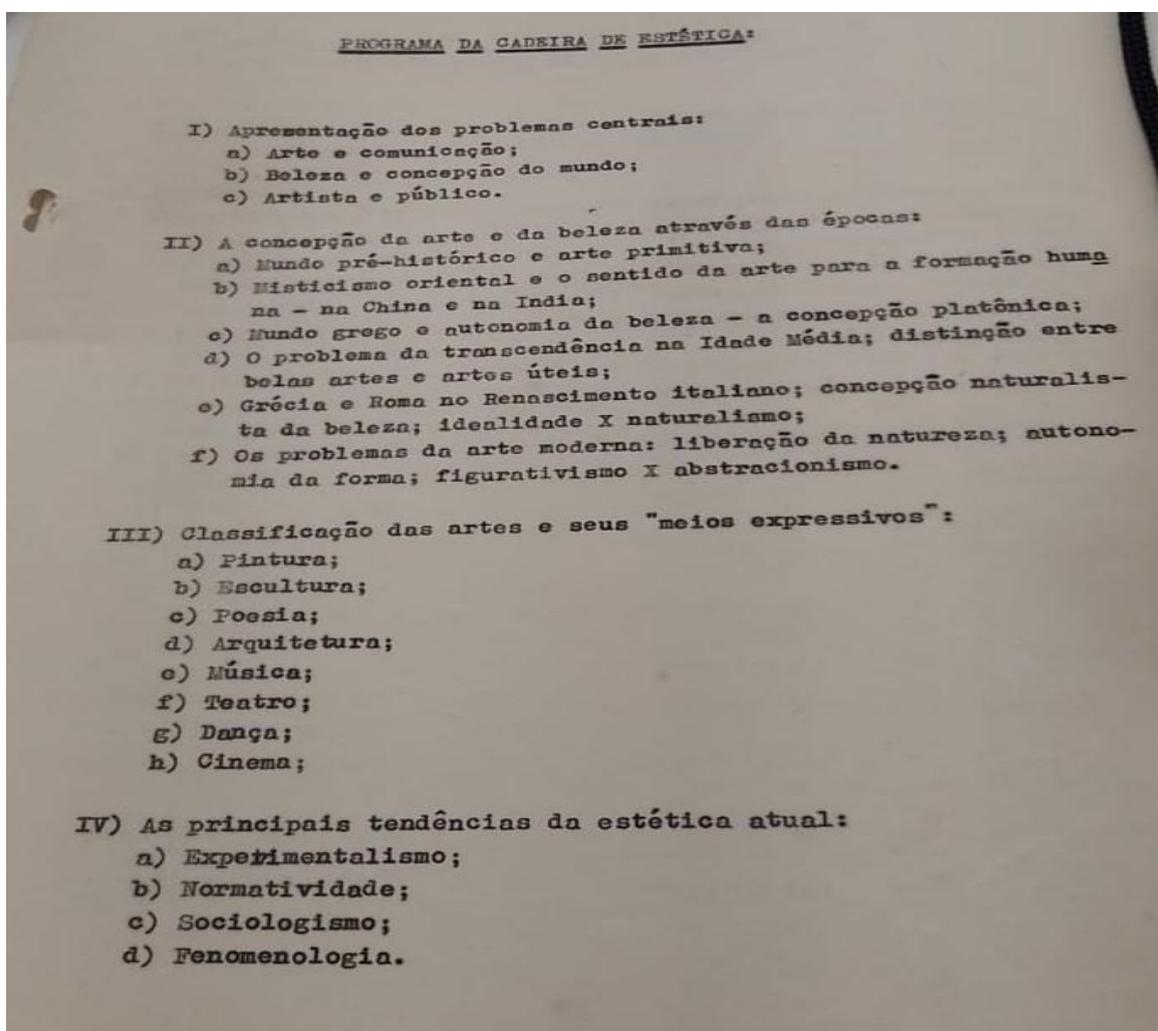


Figura 4.1: Ementa da disciplina “Estética” em 1968.

V) Estética e Filosofia da Arte:
a) As posições de Edgard de Bruyne e Max Bense.

VI) Arte no Brasil:
a) Da arquitetura barroca a Lúcio Costa e Oscar Niemayer;
b) A Semana de Arte Moderna de São Paulo.

OBSERVAÇÕES:

- 1) As unidades I e II foram desenvolvidas no primeiro semestre, enquanto as restantes foram objeto de estudo no segundo semestre.
- 2) A prática de Seminários foi, de preferência, realizada no primeiro semestre, baseada nos seguintes textos: "Arte e Mito", de Ernesto Grassi; "Livro dos Vedas"; "Fedro" de Platão; "Intuição Criadora na Arte e na Poesia", de Jacques Maritain; "A Origem da Trágédia", de Nietzsche.
- 3) No segundo semestre, procurou-se despertar nos alunos o espírito de crítica através da análise de obras de arte - de pintura, de escultura, de poesia, etc.
- 4) Para o trabalho final, os alunos receberam orientação individual e em grupo.

* * * * *

Figura 4.2: Ementa da disciplina "Estética" em 1968 (verso).

Chama atenção, nesse programa, o fato de a disciplina ampliar seu escopo para além da tradição filosófica européia, trazendo o conteúdo e os debates para um contexto mundial e regional. Vale destacar que, atualmente, não há uma disciplina que discuta tais tópicos no fluxograma atual do curso de filosofia, fundamentais na docência em filosofia na educação básica.

Por último, gostaria de trazer o exemplo de uma disciplina que, por inteiro, não encontro equivalentes no currículo atual.

SELEC: Ciclo Básico Diferenciado
DISCIPLINA: Cultura Brasileira
ANO: 1969

PROGRAMA

- I - Ocupação Humana - sentido e desenvolvimento
 - O Brasil e seus contrastes naturais humanos
 - O povoamento ocorreu em face das condições apresentadas pelo meio físico.
 - Ocupação humana e processo de adaptação do homem ao meio
 - A ocupação e a formação das regiões culturais
- II - Ocupação humana - fundamentais culturais
 - Influência do Português no processo de ocupação humana.
 - Relações - português x índio, Português x negro.
 - Grupos humanos no processo de ocupação
 - A fazenda
 - Os núcleos urbanos
- III - O IB Agrário do Litoral
 - Conceito de Nordeste
 - 1. Características
 - 2. Controvérsias a respeito de seus limites
 - A ocupação
 - 1. engenho - fase da ocupação humana.
 - 2. Os tipos humanos surgidos
 - transição técnica: engenho - usina
- IV - O Mediterrâneo pastoril
 - A penetração
 - A ocupação e pecuária
 - A fazenda de gado
 - Os tipos humanos
- V - A Amazônia e a sua penetração
 - A ocupação em face das adversidades culturais
 - Os grupos humanos e a mestiçagem
 - A borracha e o ressurgimento da região
- VI - MINERAÇÃO NO PLANALTO
 - Bandeirismo e a ocupação humana
 - Os ranchos e os arraiais
 - Decadência da mineração
 - Criação de gado
 - Extrativismo vegetal
 - Tipos humanos.

Figura 5.1: Ementa da disciplina "Cultura Brasileira", de 1969.

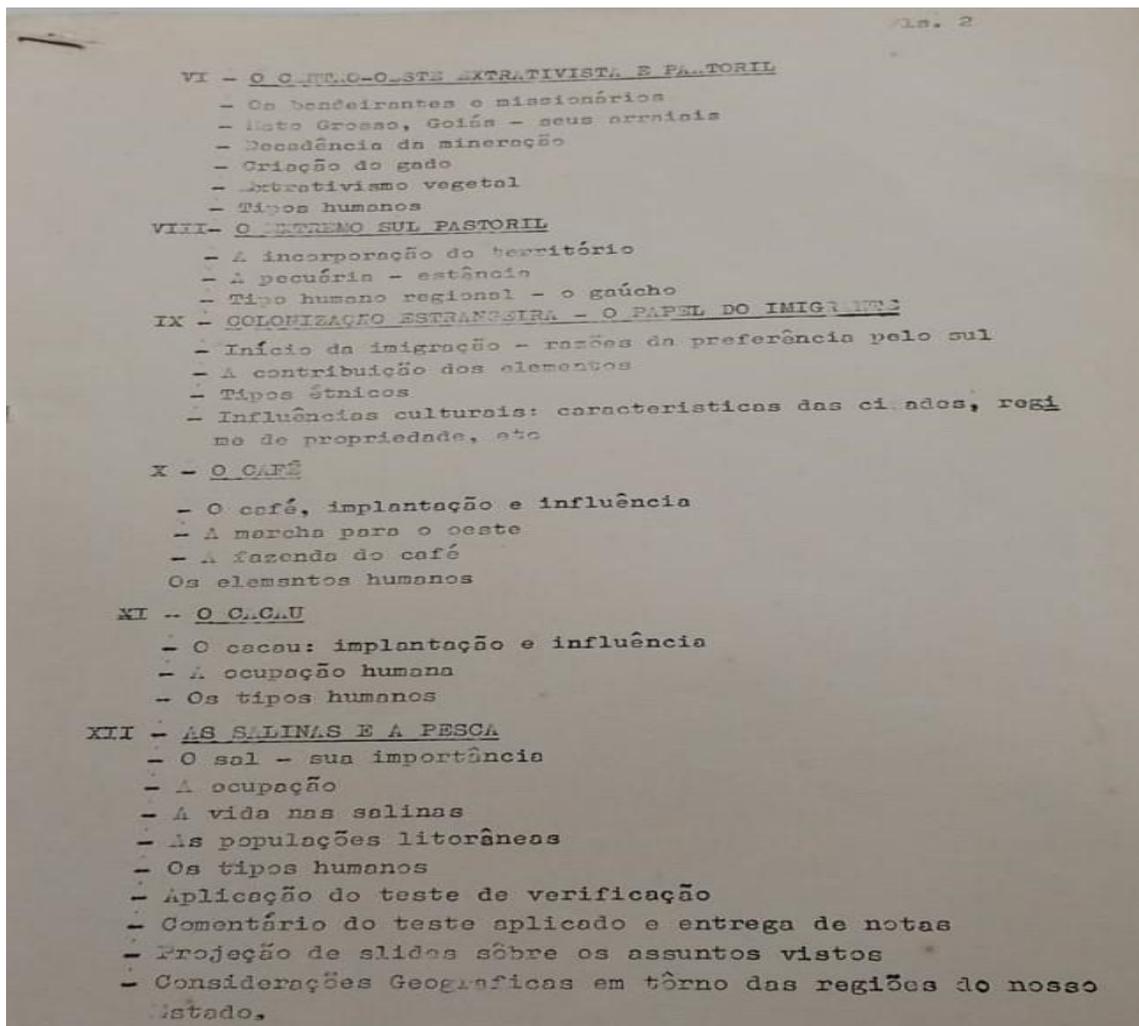


Figura 5.2: Ementa da disciplina “Cultura Brasileira” de 1969 (verso).

Ao apresentar essas disciplinas de décadas passadas do curso, com seus programas e ementas, meu intuito é demonstrar que a graduação em filosofia pode e necessita ser mais diversificada, de modo a promover horizontes de discussão e perspectivas mais plurais, para além da tradição europeia. Há espaço numa formação filosófica para se discutir o pensamento filosófico/religioso do Egito; o sentido da arte para a formação humana na China e na Índia; o conceito de nordeste; a importância do sol na cultura brasileira; a semana de arte moderna de 1922; as relações entre os portugueses, os indígenas e a tradição negro-brasileira; e, para trazer alguns exemplos de matérias que não pude citar, devido aos limites deste trabalho: a história da filosofia no Brasil⁶, problemas de física clássica e de física moderna⁷, a filosofia de Samkhya-Yoga: sua cosmologia e sua antropologia filosófica⁸, energia atômica e liberdade

⁶ Disciplina obrigatória presente no currículo de 1986.

⁷ Disciplinas obrigatórias presentes no currículo de 1986.

⁸ Conteúdo da disciplina “História da Filosofia” em 1965.

humana⁹, a cultura afro-brasileira¹⁰, a razão última porque os corpos são extensos e ocupam lugar.¹¹ Todos esses temas mereceriam uma análise pormenorizada, para indicar como a filosofia pode, filosoficamente, trabalhar tópicos que dialogam com a cultura local, com o território e com os/as sujeitos/as que nele constroem redes e sentidos.

O curso passou por um processo gradual de afinamento até o atual currículo, em que todas essas discussões já não mais se encaixam na concepção de ensino filosófico proposta atualmente pelo curso. É preciso apontar que, por mais que o processo tenha ocorrido em alguma medida de maneira gradual, o fato do currículo de 1992 ser um currículo extremamente conservador com aquilo que considera próprio e específico ao estudo da filosofia e o fato de que esse currículo passou trinta e um anos sem ser alterado, são os fatores principais desse afinamento.¹²

O curso de graduação em filosofia na UFPB abandonou diversas discussões que são de extrema importância para seus/suas estudantes, desvinculando-se do território que se insere, dos/as sujeitos/as e da cultura de quem lhe dá vida. O curso de filosofia está alienado da cultura afro-brasileira e indígena que lhe compõe, está a parte do nordeste, que o curso já não mais conceitua e pensa. E se o curso de filosofia numa universidade paraibana não se faz familiar à cultura dos pretos e pardos, indígenas e do povo nordestino e brasileiro, de maneira geral, para quem este curso serve?

⁹ Conteúdo da disciplina “Teoria do Conhecimento” em 1965.

¹⁰ Disciplina optativa presente no currículo em 1983.

¹¹ Conteúdo da disciplina “Cosmologia” em 1962.

¹² É importante dizer que o currículo de 1992 não necessariamente reflete o quadro docente do curso, e que muitos/as professores/as não reproduzem essa visão conservadora do que seria a filosofia. Além disso, esses trinta e um anos em que o currículo não foi alterado não significam trinta e um anos em que não houve tentativas de modificá-lo.

2 VIOLÊNCIA EPISTÊMICA

Muitas questões apresentadas e discutidas no capítulo anterior partem de um processo histórico e político complexo. A história e o contexto da matriz curricular do curso de filosofia na UFPB é, como em qualquer outro campo intelectual e formativo, uma história de disputas políticas. Não há uma forma neutra, técnica ou imparcial de se construir um curso de filosofia. Correndo o risco de irritar os lógicos, afirmo que a filosofia não é feita de juízos puramente analíticos; afinal, se fosse, porque iríamos associar o entendimento filosófico com o pensamento crítico? Não haveria necessidade de criticidade se todo problema filosófico se resolvesse em um cálculo filosófico; formaríamos logo um método decisivo para todas as questões, e Rafael teria pintado Platão e Aristóteles apontando para a mesma direção.

A história da filosofia, porém, está imbuída de conflitos de interesses e diferentes perspectivas de mundo; a escolha de como apresentar a filosofia em um curso de graduação e seus recortes é, igualmente, um campo de disputas. Nessas disputas que se materializam em nossas matrizes curriculares, vale destacar como esses documentos expressam o que consideram ou não filosofia, e como reforçam o que chamamos de *cânone filosófico*, com suas violências epistêmicas.

No livro *Epistemic injustice: Power and the ethics of knowing*, de Miranda Fricker (2007), a autora elabora o conceito de *injustiça epistêmica*, que pode ser observado, por exemplo, quando um juiz utiliza diferentes critérios para avaliar testemunhos, dependendo de quem são as testemunhas; se essas testemunhas possuem uma posição de poder, se elas pertencem a um grupo minoritário, etc. Compreendemos, no entanto, o escopo das violências epistêmicas para muito além de uma injustiça testimonial. A violência epistêmica, no Brasil, está presente desde o processo de colonização.

Durante todo o processo histórico de colonização, a ciência e filosofia dos países colonizadores se propuseram a criar justificativas para o processo de exploração e extermínio de outros povos. Criou-se uma narrativa paternalista de que o colonialismo era uma forma dos europeus trazerem a civilidade e racionalidade para os povos que, anterior ao contato com a civilização europeia, seriam bárbaros e retrógrados. Os povos colonizados são racializados e postos numa posição de “outro”, homogêneo, uno, sem identidade e sem terra. Como afirma Frantz Fanon, em seu livro *Os Condenados da Terra*:

Vê-se portanto que o problema cultural, tal como é algumas vezes colocado nos países colonizados, corre o risco de dar lugar a ambigüidades graves. A incultura dos negros, proclamada pelo colonialismo, a barbárie congênita

dos árabes deviam logicamente conduzir a uma exaltação dos fenômenos culturais não mais nacionais, mas continentais e singularmente racializados. Na África, o esforço do homem de cultura é um esforço negro-africano ou árabe-muçulmano. Não é especificamente nacional (Fanon, 2022, p. 180).

Enquanto a identidade dos povos colonizados é racializada e reduzida, a identidade dos povos colonizadores se torna o padrão hegemônico. Os métodos científicos e filosóficos da tradição europeia se tornam a medida de como o “conhecimento de verdade” seria feito e transmitido, algo que persiste até os dias de hoje. Estudamos Galileu, Newton e Einstein, e dizemos estar estudando o progresso histórico da física como ciência, não o processo histórico da física europeia. Da mesma forma, podemos mencionar a criação artística. Se buscarmos livros sobre teoria musical, encontraremos centenas de livros que explicam a teoria harmônica clássica de músicos europeus do século XVIII, análises de partituras de Bach, Beethoven, Mozart ou Chopin. E não encontramos, nesses livros de *teoria musical*, sequer uma linha sobre ragas indianos ou sobre o maqam árabe.

Platão, Aristóteles, Descartes e Kant formam, entre outros, a *tradição filosófica*, não a *tradição filosófica europeia* ou *tradição filosófica ocidental*. Esses métodos de conhecimento e criação cultural não são apenas dominantes, mas são vistos como o padrão de excelência, são vistos como os mais fundamentais, são vistos como essenciais e belos, enquanto outros métodos constantemente não são nem vistos; ou, quando são, tradicionalmente são julgados como misticismo, tradições exóticas primitivas ou simplesmente tradições inferiores, folclóricas, secundárias à tradição clássica europeia. Apesar de ter mostrado as disciplinas antigas do currículo de filosofia como exemplo de como o ensino de filosofia pode ser mais diversificado, é preciso reconhecer que essas disciplinas ainda não pareciam julgar em pé de igualdade a tradição filosófica oriental com a ocidental. A filosofia chinesa se torna o pensamento religioso/filosófico chinês, ou ainda o pensamento pré-filosófico dos chineses.

A tradição clássica europeia exerce seu poder sobre a hegemonia das ideias e cerca o termo “filosofia” para si. Os próprios termos “ocidental” e “oriental” são categorias de natureza política, mais do que geográfica, como aponta Antonio Gramsci no livro *Cadernos do Cárcere. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*:

É evidente que Leste e Oeste são construções arbitrárias, convencionais, isto é, históricas, já que fora da história real qualquer ponto da terra é simultaneamente Leste e Oeste. Isto pode ser visto mais claramente pelo fato de que estes termos se cristalizaram, não a partir do ponto de vista de um hipotético e melancólico homem em geral, mas do ponto de vista das

classes cultas européias, que, através de sua hegemonia mundial, fizeram com que fossem aceitos por toda parte. O Japão é Extremo Oriente não só para a Europa, mas talvez também para o americano da Califórnia e para o próprio japonês, o qual, através da cultura política inglesa, poderá chamar o Egito de Oriente Próximo (Gramsci, 2017, p. 137-138).

Como Gramsci desenvolve neste livro, a compreensão crítica de si, a identidade de um indivíduo é dada através de uma luta de hegemonias, a supremacia e predominância de certos termos ao invés de outros. Ser, por exemplo, “brasileiro”, é ter uma identidade de uma proposta de nação que não se torna a proposta dominante simplesmente por todos concordarem que é um bom termo, mas, sim, porque neste território as outras identidades nacionais foram exterminadas ou forçadas a se incorporarem à identidade de “brasileiro”.

Podemos articular o que Gramsci nos diz, com aquilo que já vimos Fanon dizer e deduzir: que o processo colonial cria e destrói identidades. Racializando, marginalizando, separando, dividindo, unificando diversos grupos de pessoas, à medida que o projeto colonial de dominação demanda.

Isso se torna mais nítido na análise da filósofa Sueli Carneiro (2005), em sua tese de doutorado *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Nessa tese, Carneiro utiliza o termo *epistemicídio* para se referir ao modelo de violência epistêmica do colonialismo/racismo. O epistemicídio nomeia uma violência sistemática relacionada ao conhecimento de grupos historicamente oprimidos, com foco na destruição da agência epistêmica dos grupos subalternizados e no reconhecimento de que a violência epistêmica tem proporções genocidas e é marcada, sobretudo, pela violência racial/colonial.

A construção do *cânone filosófico* é resultado da dominância hegemônica de uma tradição masculina e branca de pensadores ocidentais, e está marcada por violências epistêmicas. Estudantes de filosofia brasileiros/as, em seus estudos de história da filosofia, encontrarão majoritariamente o estudo da história da filosofia européia, seja nas aulas que assistem, seja nas discussões, nos debates e palestras, seja nos livros das bibliotecas setoriais que visitam. A história da filosofia européia é compreendida como o mesmo que “a história da filosofia”, no singular.

Não apenas isso. Comumente, essa tradição é ensinada através de um viés de exaltação. Os/as alunos/as são estimulados/as não somente a ler “os grandes filósofos”, mas também a emulá-los. Por mais que gostemos de atribuir à filosofia a característica incessantemente crítica, não parece ser essa a forma que temos contato com o ensino da filosofia, já que os filósofos são apresentados como grandes figuras influentes, mistificados,

homens à frente de seu tempo. Os/as estudantes do curso de filosofia são estimulados/as a se engajarem, se identificarem e se moldarem através dos pensadores europeus, para que sejam reconhecidos como capazes de expressar suas competências filosóficas. É nesse processo que se faz marcante a violência epistêmica colonial. Em uma classe majoritariamente negra, preta e parda, a identidade dos/as estudantes como pensadores/as de filosofia está diretamente atrelada à sua capacidade de reprodução de pensadores europeus.

Analisar os aspectos problemáticos desses filósofos normalmente não está no topo da lista de prioridades de uma matriz curricular de filosofia. Um/a aluno/a de filosofia tem maior chance de saber mais sobre a pontualidade de Kant, do que sobre racismo e sexismo na história da filosofia.

Há diversas questões que podemos levantar quando analisamos a estrutura colonial de nossos currículos de filosofia: como essas ideias se tornaram dominantes? Se entendemos que a filosofia de Kant, por exemplo, reflete uma tradição colonial, como a ideia de autonomia em Kant pode ser pensada com/para povos colonizados? Quais são os fundamentos de uma filosofia anticolonial? Como analisar o próprio método de análise filosófica para identificar nossas tendências coloniais? Como os diferentes sistemas filosóficos de diferentes culturas se relacionam entre si? Há qualquer valor em estudar filosofia através de uma tradição filosófica, ao invés de compreender as relações materiais dialéticas dos diferentes contextos e diferentes culturas que cada filósofo trata? Que valor estamos dispostas a dar para a filosofia moral de pensadores que defendiam a escravidão? Quanto podemos, de fato, separar as contribuições éticas de Stuart Mill, por exemplo, de suas contribuições para o racismo científico?

É necessário ter em mente, ao nos confrontarmos com essas questões, que o conceito de raça não é um conceito meramente descritivo, nem apenas uma distinção ideológica, muito menos uma categorização biológico-científica. Da mesma forma como anteriormente percebemos que “ocidental” e “oriental” não são categorias meramente geográficas. O conceito de raça é, e sempre foi, fundamentalmente, uma categoria cultural, isto é, política. Em outras palavras, é um conceito que nunca pode ser debatido de uma forma neutra e objetiva, mas necessariamente deve levar em consideração uma análise material do processo histórico de colonização, racialização e capitalismo.

Entender o problema do epistemicídio é muito mais do que entender que há problemas ideológicos na tradição filosófica que estudamos nas universidades “ocidentais”. O problema é fundamentalmente material. Não haveria a construção de um cânone filosófico tão extremamente europeu sem o projeto de colonização e subjugação europeu. Não se trata

de uma batalha de ideias, das quais as ideias europeias saíram vencedoras. Se trata de uma hegemonia conquistada através de processos históricos pautados na exploração e extermínio de povos julgados como inferiores. Em outras palavras, o epistemicídio é inseparável do genocídio. O epistemicídio na educação brasileira é inseparável do processo colonial brasileiro. Segundo Carneiro:

A formulação de Boaventura Sousa Santos acerca do epistemicídio torna possível apreender esse processo de destituição da racionalidade, da cultura e civilização do Outro. É o conceito de epistemicídio que decorre, na abordagem deste autor sobre o *modus operandi* do empreendimento colonial, da visão civilizatória que o informou, e que alcançará a sua formulação plena no racionalismo do século XIX (Carneiro, 2005, p. 96).

Os países colonizados tendem a ter sistemas educacionais subservientes à narrativa dos colonizadores. É um princípio do colonialismo transformar em estrangeiros os habitantes nativos de um território, forçando-os a se identificarem com a cultura dominante. Como recorda Fanon:

Sou um preto – mas naturalmente não o sei, visto que o sou. Em casa, minha mãe canta para mim, em francês, romances franceses nas quais os pretos nunca estão presentes. Quando desobedeço, ou faço barulho demais, me dizem: “não se comporte como um preto”. Um pouco mais tarde lemos livros brancos e assimilamos paulatinamente os preconceitos, os mitos e o folclore que nos chegam da Europa (Fanon, 2008, p.162).

O ensino de filosofia deveria evidenciar a narrativa colonial de forma crítica e trazer uma perspectiva de luta e resistência ao colonialismo e suas violências. Para fazer isso, não basta simplesmente uma conscientização do problema; não basta apenas um embate de ideias anticoloniais com ideias coloniais. As condições do epistemicídio são materiais; sendo assim, a construção de um ensino de filosofia que se oponha ao colonialismo deve partir do desmantelamento das próprias estruturas de propagação colonial, para a construção de um ensino anticolonial. Em outras palavras, a solução do problema não se reduz somente à conscientização filosófica de estudantes e professores/as sobre a ideologia colonial da tradição filosófica, mas a construção de estruturas que permitam a centralidade de uma filosofia popular.

A construção de tal filosofia popular¹³ é feita de forma coletiva e incorpora diferentes aspectos da vida das pessoas que se engajarem nela. Em outras palavras, um curso de filosofia numa universidade paraibana, se concede ao ensino filosófico o caráter de ser plural e popular, precisa considerar diretamente sua relação com o território e com a cultura a qual pertence.

¹³ Dados os limites de escopo de um trabalho de conclusão de curso, esse termo, *filosofia popular*, não será demasiadamente caracterizado, pois seria necessária uma pesquisa específica de conceituação do que seria uma filosofia popular. Para os efeitos deste trabalho, vale entender que emprego o termo como contrapartida às tradições filosóficas que se voltam a uma elite intelectual.

3 QUE ENSINO DE FILOSOFIA? BREVE RELATO DE UM PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ter tido a experiência em sala de aula, como professor de filosofia, me proporcionou agregar diferentes ângulos de análise à minha pesquisa. Não sou o pesquisador neutro e objetivo, estimulado puramente pela curiosidade e pela busca incessante pela verdade. Sou o pesquisador sobrecarregado, após trabalhar em dezoito turmas, do sexto ano do ensino fundamental até o terceiro ano do ensino médio, em uma semana. Falo aqui como alguém que teve que dar aula sobre Michel Foucault, Jean-Paul Sartre, Albert Camus, Karl Marx, John Stuart Mill, Hannah Arendt, Cícero, Marco Aurélio e tantos outros filósofos/as que minha formação acadêmica nunca mencionou.

A frustração não é apenas com a disparidade do que me foi cobrado como professor em relação ao que me foi apresentado como aluno, nem mesmo essa disparidade se resume aos autores e às autoras que deixei de estudar. Dar aula me mostrou que ser um professor é um trabalho não só de educador, mas também de cuidador; que boa parte do trabalho, a parte que me cansa e me tira o sono, é feita fora da sala de aula; que o ensino não é simplesmente uma competência do professor, mas sim uma construção coletiva da classe e das políticas educacionais. Enfim, a disparidade entre a minha formação e minha atuação profissional tem muitos âmbitos significativos, mas também muitos que me frustraram.

Isso ocorre também ao perceber quão limitada é a visão da filosofia, quando decide se distanciar da realidade. A filosofia acadêmica está encastelada, no sentido mais puro da palavra, construiu para si um castelo, com sua própria realidade e não enxerga mais a cidade, nem se vê como parte da realidade da cidade.

Como comenta Ester Maria Dreher Heuser (2010), em seu artigo *Muros do Estágio e da Formação de Professores de Filosofia*, o ensino de filosofia na licenciatura de filosofia não dá qualquer ferramenta para se pensar o ensino da disciplina no ensino básico e, inclusive, é socialmente desencorajado que o/a estudante de filosofia siga carreira como professor/a do ensino básico. A filosofia acadêmica está totalmente voltada para a pesquisa em nível superior e para o próprio corpo universitário. Essas pesquisas, por sua vez, se desdobram principalmente sobre a mesma tradição canônica de “sempre”, excluindo cosmologias e racionalidades não-europeias.

Considerando as questões de acesso e permanência ao ensino superior no Brasil, não dá para deixar de notar que o fato de a única posição considerada digna de ser um/a

professor/a de filosofia é quando se é docente em uma universidade. Trata-se da reprodução da ideia e da prática do ensino de filosofia como algo que somente seja valioso a uma elite intelectual, desprezando a possibilidade de a filosofia estar presente de forma importante no ensino básico, o que reforça a ideia da filosofia como uma prática das elites, rechaçando tudo aquilo que possa ser entendido como filosofia popular.

É preciso, também, diagnosticar o problema como parte de um projeto de educação do país, dentro de condições materiais e fatores históricos que constantemente desestimulam qualquer acesso popular à filosofia, ou ainda, aos diferentes tipos de filosofia. O ensino de filosofia no Brasil sempre esteve sob ataque, e nos últimos anos a educação brasileira é marcada por um projeto neoliberal que está diretamente oposto ao pensamento e a uma filosofia crítica e popular.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) lista diversas competências que, numa leitura simplista, poderia implicar num papel importante para a filosofia (Brasil, 2018). Mas as competências citadas pela BNCC são vagas, e estão longe de transmitir qualquer espécie de rigor filosófico. “Capital e trabalho”, por exemplo, é uma das competências listadas na base curricular, e certamente nos cabe defender que a filosofia é essencial para discutir as questões centrais do capital e do trabalho; mas, acreditar que a mera citação dessa competência é alguma espécie de garantia de que o currículo do ensino médio discutirá de modo aprofundado as questões filosóficas centrais desses conceitos é ser ingenuamente generoso com o projeto político-educacional da BNCC e seus itinerários formativos.

Quais razões teríamos para achar que a intenção da base curricular seja formar um entendimento filosófico crítico sobre capital e trabalho, quando todo o contexto político dessa base, junto com a reforma educacional a que ela está associada tem, como princípio, não questionar o valor desses conceitos e suas implicações? Nesse sentido,

Os sujeitos econômicos, nesse cenário, parecem responder às demandas materiais e simbólicas da sociedade para a qual se voltam, segundo denominadores comuns de um mercado transnacionalizado e “onisciente”, que regula seus comportamentos. Um dos aspectos mais significativos desse novo *ethos empresarial*, entretanto, talvez seja o trabalho que o sujeito é instado a desempenhar sobre si mesmo e seu “destino”, com vistas a uma boa performance e à autovalorização que se transmuta em esforço, vigor, sucesso, eficiência. [...] Note-se que essas mudanças subjetivas são embasadas por uma espécie de ética da assertividade, por meio da qual o sucesso é internalizado como responsabilidade individual dos sujeitos; e o fracasso, como culpa (Reis, 2020, p. 1078-1080).

Se considerarmos, por exemplo, o fato citado no texto *O ensino de filosofia sob o controle da concepção de competências da BNCC*, de Helton Lima Soares e Vilma Nonato de Brício (2022), de que o estado do Paraná manteve o ensino de filosofia, mas diminuiu a carga horária da disciplina, para dar espaço à disciplina de "empreendedorismo", que outra conclusão podemos tirar, senão a de que a visão de nosso projeto político-educacional sobre “capital e trabalho” está muito mais centrada na manutenção dos modos produtivos de nossa sociedade, do que nas fundamentações filosóficas desses conceitos?

A BNCC, por si só, poderia nos dar brechas para pensar que há ainda, em certo nível, uma valorização da filosofia na educação brasileira; mas analisar a base curricular isoladamente seria um equívoco, pois ela faz parte de um projeto político que, constantemente, deixa claro a não valorização da filosofia, seja através de cortes de bolsas, seja através de tentativas de censura e controle aos tópicos das aulas, ou seja pela própria visão que esse projeto tem sobre o que deveria ser a educação e qual sua finalidade. Tal projeto possui uma concepção de educação que deixa pouco espaço para investigação filosófica, pensamento crítico, ou qualquer espécie de questionamento fundamental, pois trata a educação como um produto, algo totalmente subserviente ao modo produtivo capitalista. Desse modo: “conceber a educação e a escola pelas lentes do neoliberalismo é, antes de tudo, vê-las como mercadorias em disputa pelo setor privado, o qual cobiça ter controle sobre o processo educativo” (Soares & Brício, 2022, p. 8).

A transformação da educação em um produto tem, como consequência direta, a transformação do/a estudante em um/a consumidor/a ou cliente, um objeto passivo dentro do sistema educacional, e o/a professor/a como agente do mercado. O pensar filosófico, por outro lado, tem como necessidade um agente ativo. Não há construção filosófica feita de forma passiva, não há, ou não deveria haver, estudo de filosofia que seja neutro, imparcial ou subserviente. Logo, a visão neoliberal da educação como mercado é não só antagônica à filosofia como disciplina curricular obrigatória, mas, também, em diversos pontos, a relação entre o neoliberalismo e a filosofia é irreconciliável.

Durante esse ano de 2023, em todas as salas em que entrei para dar aula, nenhuma classe falhou em questionar qual é o papel da filosofia; mas, também, nenhuma falhou em se engajar realmente com os debates filosóficos. É necessário reconhecer que a barreira de entrada necessária para a construção coletiva do saber filosófico precisa ser rigorosa com o comprometimento das pessoas envolvidas, não com suas posições sociais e suas condecorações acadêmicas. Trazer os debates filosóficos para as salas de aula de ensino básico é desafiador por diversas questões, e algumas dessas questões se dão pelo fato de que

a filosofia que forma os/as professores/as de filosofia é totalmente alienada da filosofia que esses/as professores/as entrarão em contato em seus cotidianos docentes em sala de aula.

Ademais, é preciso notar que, além do fato de que os/as estudantes da graduação de filosofia possuem diversas vivências e experiências não contempladas no cânone filosófico clássico, trazer diversidade e pluralidade ao currículo do curso é necessário também para formar professores/as capazes de dialogar com essas diferentes vivências, práticas e visões de mundo, para fazer valer, para citar apenas um exemplo, as leis 10.639/2003 e 11.645/08 (Brasil, 2003), que estabelecem o ensino obrigatório de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos públicos e privados de ensino fundamental e médio. Atualmente, contudo, o/a estudante da licenciatura de filosofia não possui qualquer contato com essa temática dentro do curso.

CONCLUSÃO

A saída para responder ao afastamento da filosofia acadêmica em relação à realidade de seus/suas discentes é a construção de uma filosofia acadêmica popular. Essa construção não pode ser pensada como simplesmente um currículo de filosofia mais atrativo; se trata de uma construção material, social e intelectual do povo, feita pelo povo, e através dos interesses do povo. As condições necessárias dessa construção não são sua popularidade em termos de quantas pessoas reproduzem essa cultura/política etc, mas sim seu posicionamento dentro da realidade daqueles/as que a constroem.

Essa construção se dá de forma coletiva e inclusiva; é formada por correntes filosóficas de filosofias africanas, asiáticas, indígenas, anticoloniais e feministas. É formada também por um acesso popular à universidade, ao ponto de que a universidade seja, de fato, um ambiente ocupado pelo povo, sem exclusões seletivas – no âmbito do acesso e do conhecimento que produz.

Em sua forma atual, o curso reproduz uma concepção idealizada das tradições clássicas da filosofia ocidental, como se o ensino filosófico pudesse ser a mesma coisa que “estudos guiados de filosofia ocidental”. O curso também reproduz uma concepção idealizada dos filósofos contemplados em seu currículo. O racismo, misoginia, anti-semitismo e diversos outros preconceitos reproduzidos por estes filósofos são muito comumente ignorados, com a ideia de que “no final das contas o preconceito deles não afeta a qualidade de suas reflexões filosóficas”, ou ainda, esses preconceitos podem ser minimizados, de acordo com a ideia de que “eles eram homens de seus tempos”.

Mas devemos questionar se essa separação entre as visões preconceituosas desses filósofos e a *tradição filosófica* é realmente possível. Podemos ter certeza que quando John Locke fala do estado de natureza, ele não o faz como uma espécie de defesa do modelo colonial? Seria pura coincidência que o contrato social como uma medida de garantir a liberdade humana se encaixe tão bem no discurso civilizatório do império britânico? Seria possível que as convicções anti-semitas de Heidegger não afetassem em qualquer medida suas reflexões acerca do *Dasein*? A gigante misoginia presente nos textos de Schopenhauer ou Rousseau não podem contextualizar sua filosofia?

Sobre serem “homens de seus tempos” temos que notar que uma constatação como essa é um produto sumo do epistemicídio. Nos tempos de Locke, o colonialismo não era tido como algo terrível? Com certeza, os povos colonizados negariam isso. Afirmar que o

pensamento colonial era simplesmente a “norma da época” é ignorar as resistências anticoloniais.

O apelo de que devemos “separar as obras filosóficas dos preconceitos de seus autores” é um apelo anti-filosófico. Não seria próprio do estudo filosófico delimitar e questionar pressupostos? Não queremos, afinal, ter uma análise crítica dos textos que lemos? Por que esta análise não deve levar em conta fatores de raça, classe, religião, sexualidade e gênero?

Compreender como o epistemicídio permeia nossa tradição filosófica nos revela que nossa concepção do que seja o pensamento filosófico pode ser completamente mudada quando damos ouvido a mais vozes. Evidenciar os preconceitos contidos na tradição filosófica ocidental não é também uma questão de achar que devemos simplesmente abandonar os estudos desses autores; entender esses problemas é compreender que o estudo desses autores pode ser contextualizado por diversas lentes ideológicas e que todo pensamento é situado.

O epistemicídio torna claro o fato de que não existe uma neutralidade filosófica, e pouco nos serve a figura do/a filósofo/a neutro/a, desapegado/a às ideologias críticas e conseqüentemente a par da realidade. Se o papel da filosofia está, entre outras coisas, no cultivo de um senso crítico, que sentido faz esperar que o/a estudante de filosofia busque neutralidade em face da história da filosofia?

O entendimento do pensamento filosófico necessariamente como um pensamento autônomo e crítico traz a necessidade então de considerar o/a aluno/a de filosofia como agente investigativo/a crítico/a, com a habilidade de se engajar os conteúdos nos seus próprios termos; como uma pessoa que necessariamente possui uma posição ativa em relação ao saber, e que deve ser intelectualmente respeitada e tratada como tal.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael Whitman; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo e poder**. Educação & realidade. Porto Alegre. Vol. 14, n. 2 (jul./dez. 1989), p. 46-57, 1989.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências, Brasília DF, 1971.

BRASIL. **Lei nº. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Dispõe sobre a reforma do ensino médio brasileiro. Brasília: DF, 2017.

BRASIL. **Lei Nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e cultura afro-brasileira" e dá outras providências. Brasília: DF, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 10.639, de 19 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro- Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 30 out. 2023.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2005.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução Ligia Fonseca Ferreira e Regina Salgado Campos. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FRICKER, Miranda. **Epistemic injustice: Power and the ethics of knowing**. Oxford University Press, 2007.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 1. Editora José Olympio, 2017.

HEUSER, Ester Maria Dreher. Muros do estágio e da formação de professores de filosofia. **Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação**, [S. l.], v. 2, n. 5, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/408>. Acesso em: 30 out. 2023.

REIS, Diego dos Santos. A arte neoliberal de governar e a teoria do capital humano: perspectivas críticas em educação e trabalho. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 1076-1093, set.-dez. 2020. DOI:10.12957/riae.2020.54596.

SOARES, Helton Lima; DE BRÍCIO, Vilma Nonato. O ensino de filosofia sob o controle da concepção de competências na BNCC. **Revista Digital de Ensino de Filosofia-REFilo**, p. e3/1-19, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Filosofia**. João Pessoa, 1992.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Filosofia**. João Pessoa, 2023.

VELASCO, Patricia Del Nero. Notas sobre o ensino de Filosofia como problema filosófico. **Dialogia**, v. 13, p.27-34. São Paulo, 2011. Disponível em <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/2748> Acesso em: 20 set. 2023.

ANEXOS

Anexo 1: PPC da graduação de filosofia na UFPB em 1986.



Serviço Público Federal
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

44/14
9

RESOLUÇÃO Nº 29/86

Reformula a estrutura curricular do Curso de Filosofia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, e dá outras providências.

O CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições e tendo em vista deliberação da Iª Câmara em reunião de 17.12.1985 (Processo Nº 74.017109/85),

R E S O L V E:

Art. 1º - O Curso de Filosofia compreenderá as Habilitações: Bacharelado e Licenciatura Plena.

§ 1º - A Habilitação - Bacharelado terá a duração mínima de 2.340 (duas mil trezentas e quarenta) horas-aula correspondentes a 156 (cento e cinquenta e seis) créditos assim distribuídos:

2



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

| | | |
|--|---------|-------------|
| DISCIPLINAS DO CURRÍCULO MÍNIMO | 1.200 h | 80 créditos |
| DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS | 450 h | 30 créditos |
| DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DAS UNIDADES DE TERMINALIDADE | 390 h | 26 créditos |
| DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OPTATIVAS | 300 h | 20 créditos |

§ 2º - O aluno deverá integralizar o Bacharelado no mínimo em 08 (oito) e no máximo em 14 (quatorze) períodos letivos matriculando-se no máximo em 20 (vinte) e no mínimo em 11 (onze) créditos por período.

Art. 2º - A estrutura curricular do Bacharelado será constituída das seguintes disciplinas com respectivas cargas horárias e pré-requisitos:

03
P. 91
P

DISCIPLINAS DO CURRÍCULO MÍNIMO

| <u>MATÉRIA</u> | <u>DISCIPLINAS</u> | <u>CARGA HORÁRIA</u> | <u>PRÉ-REQUISITOR</u> |
|--|---|----------------------|---------------------------------------|
| História da Filosofia | História da Filosofia Antiga | 60 | - |
| | História da Filosofia Medieval | 60 | História da Filosofia Antiga |
| | História da Filosofia Moderna I | 45 | História da Filosofia Medieval |
| | História da Filosofia Moderna II | 45 | História da Filosofia Moderna I |
| | História da Filosofia Contemporânea I | 45 | História da Filosofia Moderna II |
| | História da Filosofia Contemporânea II | 45 | História da Filosofia Contemporânea I |
| | História da Filosofia no Brasil | 60 | História da Filosofia Moderna II |
| Lógica | Lógica I | 60 | - |
| | Lógica II | 60 | Lógica I |
| Teoria do Conhecimento | Teoria do Conhecimento I | 60 | - |
| | Teoria do Conhecimento II | 60 | Teoria do Conhecimento I |
| Filosofia Geral, Problemas Metafísicos | Filosofia Geral I: - Introdução à Metafísica | 60 | - |
| | Filosofia Geral II: - Ontologia I | 45 | - |
| | - Ontologia II | 45 | Ontologia I |
| | Filosofia Geral III: - Filosofia da Natureza | 60 | - |
| | Filosofia Geral IV: | | |

t

04
P. 92
P

DISCIPLINAS

| <u>DISCIPLINAS</u> | <u>CARGA HORÁRIA</u> | <u>PRÉ-REQUISITOR</u> |
|---|----------------------|--|
| - Antropologia Filosófica I | 45 | - |
| - Antropologia Filosófica II | 45 | Antropologia Filosófica I |
| Ética I | 60 | - |
| Ética II | 60 | Ética I |
| Ciência I: | | |
| - História Social e Política do Brasil I | 45 | - |
| - História Social e Política do Brasil II | 45 | História Social e Política do Brasil I |
| Ciência II: | | |
| - Economia Política I (para Filosofia) | 45 | - |
| - Economia Política II (para Filosofia) | 45 | Economia Política I |
| ou | | |
| - Matemática I | 90 | - |
| ou | | |
| - Física Geral I | 90 | - |

DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OBRIGATORIAS

| <u>DISCIPLINAS</u> | <u>CARGA HORÁRIA</u> | <u>PRÉ-REQUISITOR</u> |
|------------------------|----------------------|-----------------------|
| Introdução à Filosofia | 60 | - |
| Metodologia Geral | 75 | - |
| Sociologia I (Geral) | 75 | - |

t

| <u>DISCIPLINAS</u> | | <u>CARGA HORÁRIA</u> | <u>PRÉ-REQUISITOS</u> |
|---|----|--|-----------------------|
| - Antropologia Filosófica I | 45 | - | |
| - Antropologia Filosófica II | 45 | Antropologia Filosófica I | |
| Ética I | 60 | - | |
| Ética II | 60 | Ética I | |
| Ciência I: | | | |
| - História Social e Política do Brasil I | 45 | - | |
| - História Social e Política do Brasil II | 45 | História Social e Política do Brasil I | |
| Ciência II: | | | |
| - Economia Política I (para Filosofia) | 45 | - | |
| - Economia Política II (para Filosofia) | 45 | Economia Política I | |
| ou | 90 | - | |
| - Matemática I | 90 | - | |
| ou | 90 | - | |
| - Física Geral I | 90 | - | |

| <u>DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OBRIGATORIAS</u> | | <u>CARGA HORÁRIA</u> | <u>PRÉ-REQUISITOS</u> |
|--|----|----------------------|-----------------------|
| Introdução à Filosofia | 60 | - | |
| Metodologia Geral | 75 | - | |
| Sociologia I (Geral) | 75 | - | |

| <u>DISCIPLINAS</u> | | <u>CARGA HORÁRIA</u> | <u>PRÉ-REQUISITOS</u> |
|------------------------------------|----|-----------------------------------|-----------------------|
| Língua Portuguesa I | 75 | - | |
| Língua Francesa I | 75 | - | |
| ou | | | |
| Língua Inglesa I | | | |
| ou | | | |
| Língua Alemã I | | | |
| Estudo de Problemas Brasileiros I | 30 | - | |
| Estudo de Problemas Brasileiros II | 30 | Estudo de Problemas Brasileiros I | |
| Educação Física | 30 | - | |

| <u>DISCIPLINAS OBRIGATORIAS DA UNIDADE DE TERMINALIDADE I</u> | | <u>CARGA HORÁRIA</u> | <u>PRÉ-REQUISITOS</u> |
|---|----|---|-----------------------|
| Filosofia das Ciências Exatas I | 45 | - | |
| Filosofia das Ciências Exatas II | 45 | Filosofia das Ciências Exatas I | |
| Filosofia das Ciências da Natureza I | 45 | - | |
| Filosofia das Ciências da Natureza II | 45 | Filosofia das Ciências da Natureza I | |
| Lógica e Fundamentos da Matemática | 60 | Lógica II | |
| Filosofia da Linguagem: O Empirismo Lógico | 60 | Lógica II e Filosofia das Ciências da Natureza II | |
| Problemas da Física Clássica | 45 | - | |
| Problemas da Física Moderna | 45 | Problemas da Física Clássica | |

Introdução à Filosofia
 História da Filosofia
 Formação da Filosofia
 Formação da Esc.

DISCIPLINAS OBRIGATORIAS DA UNIDADE DE TERMINALIDADE II

06

Pa 54
 9

| <u>DISCIPLINAS</u> | <u>CARGA HORÁRIA</u> | <u>PRÉ-REQUISITOS</u> |
|-------------------------------------|----------------------|--|
| Filosofia da História I | 45 | - |
| Filosofia da História II | 45 | Filosofia da História I |
| Filosofia Política I | 45 | - |
| Filosofia Política II | 45 | Filosofia Política I |
| Filosofia das Ciências Humanas | 60 | - |
| Hermenêutica Filosófica e Dialética | 60 | Filosofia das Ciências Humanas |
| Problemas de Economia Política I | 45 | Economia Política I |
| Problemas de Economia Política II | 45 | Problemas de Economia Política I e Economia política II |

DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OPTATIVAS

GRUPO I - Disciplinas Filosóficas

| | | |
|-------------|----|------------|
| Lógica III | 60 | Lógica II |
| Lógica IV | 60 | Lógica III |
| Estética I | 60 | - |
| Estética II | 60 | Estética I |
| Ética III | 60 | Ética I |
| Ética IV | 60 | Ética II |
| Ética V | 60 | Ética II |

Introdução à Filosofia
 História da Filosofia
 Filosofia Antiga
 Ontologia II
 História da Filosofia Antiga
 História da Filosofia Medieval
 História da Filosofia Antiga
 História da Filosofia Medieval

DISCIPLINAS

07

Pa 54
 9

| <u>DISCIPLINAS</u> | <u>CARGA HORÁRIA</u> | <u>PRÉ-REQUISITOS</u> |
|--|----------------------|--|
| Filosofia do Sagrado | 60 | Introdução à Filosofia |
| Filosofia Oriental | 60 | Introdução à Filosofia e História da Filosofia Antiga |
| Questões Aprofundadas de Ontologia | 60 | Filosofia Antiga |
| Tópicos Aprofundados de Filosofia Antiga | 60 | Ontologia II |
| Tópicos Aprofundados de Filosofia Medieval | 60 | História da Filosofia Antiga |
| Leitura de Textos de Filosofia Antiga | 60 | História da Filosofia Medieval |
| Leitura de Textos de Filosofia Medieval | 60 | História da Filosofia Antiga |
| Filosofia do Direito | 60 | História da Filosofia Medieval |
| Filosofia da Educação I | 45 | - |
| Filosofia da Educação II | 45 | Filosofia da Educação I |
| Introdução à Fenomenologia | 60 | História da Filosofia Moderna II |
| Introdução à Filosofia da Existência | 60 | História da Filosofia Moderna II |
| Filosofia e Estruturalismo | 60 | História da Filosofia Contemporânea II |
| Filosofia Marxista I | 60 | História da Filosofia Moderna II |
| Filosofia Marxista II | 60 | História da Filosofia Marxista I |
| <u>GRUPO II - Disciplinas Científicas</u> | | |
| Ciência Política I | 60 | - |
| Ciência Política II | 60 | Ciência Política I |
| Introdução à Biologia | 60 | - |
| Introdução à Psicologia | 60 | - |
| História das Idéias Políticas no Brasil | 60 | - |
| Formação da Economia Brasileira I | 60 | Formação Econômica Brasileira I |
| Formação da Economia Brasileira II | 60 | - |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Art. 3º - A Habilitação - Licenciatura Plena terá a duração de 2.565 (duas mil quinhentas e sessenta e cinco) horas-aula correspondentes a 167 créditos assim distribuídos:

| | |
|--|---------------------|
| DISCIPLINAS DO CURRÍCULO MÍNIMO | 1.530 h 98 créditos |
| DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS | 435 h 29 créditos |
| DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DAS UNIDADES DE TERMINALIDADE | 390 h 26 créditos |
| DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OPTATIVAS | 210 h 14 créditos |

Parágrafo Único - O aluno deverá integralizar a Licenciatura no mínimo em 08 (oito) e no máximo em 14 (quatorze) períodos letivos matriculando-se no máximo em 21 (vinte e um) e no mínimo em 12 (doze) créditos por período.

Art. 4º - A estrutura curricular da Licenciatura será constituída das seguintes disciplinas com respectivas cargas horárias e pré-requisitos:

09
No. 57

DISCIPLINAS DO CURRÍCULO MÍNIMO

| <u>NATÉRIA</u> | <u>DISCIPLINAS</u> | <u>CARGA HORÁRIA</u> | <u>PRÉ-REQUISITOS</u> |
|--|--|----------------------|---------------------------------------|
| História da Filosofia | História da Filosofia Antiga | 60 | - |
| | História da Filosofia Medieval | 60 | História da Filosofia Antiga |
| | História da Filosofia Moderna I | 45 | História da Filosofia Medieval |
| | História da Filosofia Moderna II | 45 | História da Filosofia Moderna I |
| | História da Filosofia Contemporânea I | 45 | História da Filosofia Moderna II |
| | História da Filosofia Contemporânea II | 45 | História da Filosofia Contemporânea I |
| | História da Filosofia no Brasil | 60 | História da Filosofia Moderna II |
| Lógica | Lógica I | 60 | - |
| | Lógica II | 60 | Lógica I |
| Teoria do Conhecimento | Teoria do Conhecimento I | 60 | - |
| | Teoria do Conhecimento II | 60 | Teoria do Conhecimento I |
| Filosofia Geral, Problemas Metafísicos | Filosofia Geral I: | | |
| | - Introdução à Metafísica | 60 | - |
| | Filosofia Geral II: | | |
| | - Ontologia I | 45 | - |
| | - Ontologia II | 45 | Ontologia I |
| Filosofia Geral III: | | | |
| - Filosofia da Natureza | 60 | - | |

10
No. 58

DISCIPLINAS

| <u>NATÉRIA</u> | <u>DISCIPLINAS</u> | <u>CARGA HORÁRIA</u> | <u>PRÉ-REQUISITOS</u> |
|---|---|----------------------|--|
| Ética | Filosofia Geral IV: | | |
| | - Antropologia Filosófica I | 45 | - |
| Ciências | - Antropologia Filosófica II | 45 | Antropologia Filosófica I |
| | Ética I | 60 | - |
| Estrutura e Funcionamento do Ensino de I e II Graus | Ética II | 60 | Ética I |
| | Ciência I: | | |
| | - História Social e Política do Brasil I | 45 | - |
| | - História Social e Política do Brasil II | 45 | História Social e Política do Brasil I |
| | Ciência II: | | |
| | - Economia Política (para Filosofia) | 45 | - |
| | - Economia Política II (para Filosofia) | 45 | Economia Política I |
| | ou | | |
| | - Matemática I | 90 | - |
| | ou | | |
| - Física Geral I | 90 | - | |
| Psicologia da Educação | Estrutura e Funcionamento do Ensino de I e II Graus | 75 | - |
| | Psicologia da Educação V | 75 | Introdução à Psicologia |
| Didática | Didática | 60 | Psicologia da Educação V |

d

| <u>MATÉRIA</u> | <u>DISCIPLINAS</u> | <u>CARGA HORÁRIA</u> | <u>PRÉ-REQUISITOS</u> |
|---|---|-----------------------|-----------------------|
| Prática de Ensino | Uma das Disciplinas: | | |
| | a) Prática de Ensino de Filosofia, sob a forma de Estágio Supervisionado | 120 | Didática |
| | b) Prática de Ensino de História, sob a forma de Estágio Supervisionado | 120 | Didática |
| | c) Prática de Ensino de Sociologia, sob a forma de Estágio Supervisionado | 120 | Didática |
| | d) Prática de Ensino de Psicologia, sob a forma de Estágio Supervisionado | 120 | Didática |
| <u>DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS</u> | | | |
| <u>DISCIPLINAS</u> | <u>CARGA HORÁRIA</u> | <u>PRÉ-REQUISITOS</u> | |
| Introdução à Filosofia | 60 | - | |
| Introdução à Psicologia | 60 | - | |
| Sociologia I (Geral) | 75 | - | |

| <u>DISCIPLINAS</u> | <u>CARGA HORÁRIA</u> | <u>PRÉ-REQUISITOS</u> |
|--|----------------------|---|
| Língua Portuguesa I | | |
| Língua Francesa I ou | 75 | - |
| Língua Inglesa I ou | 75 | - |
| Língua Alemã I | | |
| Estudo de Problemas Brasileiros I | 30 | - |
| Estudo de Problemas Brasileiros II | 30 | Estudo de Problemas Brasileiros I |
| Educação Física | 30 | - |
| <u>DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DA UNIDADE DE TERMINALIDADE I</u> | | |
| Filosofia das Ciências Exatas I | 45 | - |
| Filosofia das Ciências Exatas II | 45 | Filosofia das Ciências Exatas I |
| Filosofia das Ciências da Natureza I | 45 | - |
| Filosofia das Ciências da Natureza II | 45 | Filosofia das Ciências da Natureza I |
| Lógica e Fundamentos da Matemática | 60 | Lógica II |
| Filosofia da Linguagem: O Empirismo Lógico | 60 | Lógica II e Filosofia das Ciências da Natureza II |
| Problemas da Física Clássica | 45 | - |
| Problemas da Física Moderna | 45 | Problemas da Física Clássica |

| MATÉRIA | DISCIPLINAS | CARGA HORÁRIA | PRÉ-REQUISITOS |
|---|---|---------------|--|
| Ética | Filosofia Geral IV: | 45 | - |
| | - Antropologia Filosófica I | 45 | Antropologia Filosófica I |
| Ciências | - Antropologia Filosófica II | 45 | - |
| | Ética I | 60 | Ética I |
| Estrutura e Funcionamento do Ensino de I e II Graus | Ética II | 60 | - |
| | Ciência I: | - | História Social e Política do Brasil I |
| | - História Social e Política do Brasil I | 45 | - |
| | - História Social e Política do Brasil II | 45 | História Social e Política do Brasil I |
| | Ciência II: | - | Economia Política I |
| | - Economia Política (para Filosofia) | 45 | - |
| | - Economia Política II (para Filosofia) | 45 | - |
| Psicologia da Educação | ou | 90 | - |
| | - Matemática I | 90 | - |
| Didática | ou | 90 | - |
| | - Física Geral I | 90 | - |
| Didática | Estrutura e Funcionamento do Ensino de I e II Graus | 75 | - |
| | Psicologia da Educação V | 75 | Introdução à Psicologia |
| | Didática | 60 | Psicologia da Educação V |

| MATÉRIA | DISCIPLINAS | CARGA HORÁRIA | PRÉ-REQUISITOS |
|--|--|---------------|---------------------------------------|
| História da Filosofia | História da Filosofia Antiga | 60 | - |
| | História da Filosofia Medieval | 60 | História da Filosofia Antiga |
| | História da Filosofia Moderna I | 45 | História da Filosofia Medieval |
| | História da Filosofia Moderna II | 45 | História da Filosofia Moderna I |
| | História da Filosofia Contemporânea I | 45 | História da Filosofia Moderna II |
| | História da Filosofia Contemporânea II | 45 | História da Filosofia Contemporânea I |
| | História da Filosofia no Brasil | 60 | História da Filosofia Moderna II |
| Lógica | Lógica I | 60 | - |
| | Lógica II | 60 | Lógica I |
| Teoria do Conhecimento | Teoria do Conhecimento I | 60 | - |
| | Teoria do Conhecimento II | 60 | Teoria do Conhecimento I |
| Filosofia Geral, Problemas Metafísicos | Filosofia Geral I: | - | - |
| | - Introdução à Metafísica | 60 | - |
| | Filosofia Geral II: | - | - |
| | - Ontologia I | 45 | - |
| | - Ontologia II | 45 | Ontologia I |
| | Filosofia Geral III: | - | - |
| | - Filosofia da Natureza | 60 | - |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

08

Art. 3º - A Habilitação - Licenciatura Plena terá a duração de 2.565 (duas mil quinhentas e sessenta e cinco) horas-aula correspondentes a 167 créditos assim distribuídos:

| | |
|--|---------------------|
| DISCIPLINAS DO CURRÍCULO MÍNIMO | 1.530 h 98 créditos |
| DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS | 435 h 29 créditos |
| DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DAS UNIDADES DE TERMINALIDADE | 390 h 26 créditos |
| DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OPTATIVAS | 210 h 14 créditos |

Parágrafo Único - O aluno deverá integralizar a Licenciatura no mínimo em 08 (oito) e no máximo em 14 (quatorze) períodos letivos matriculando-se no máximo em 21 (vinte e um) e no mínimo em 12 (doze) créditos por período.

Art. 4º - A estrutura curricular da Licenciatura será constituída das seguintes disciplinas com respectivas cargas horárias e pré-requisitos:

Introdução
Introdução
Sociologia

| MATÉRIA | DISCIPLINAS | CARGA HORÁRIA | PRÉ-REQUISITOS |
|---|---|---------------|--|
| Ética | Filosofia Geral IV: | | |
| | - Antropologia Filosófica I | 45 | - |
| | - Antropologia Filosófica II | 45 | Antropologia Filosófica I |
| Ciências | Ética I | 60 | - |
| | Ética II | 60 | Ética I |
| | Ciência I: | | |
| | - História Social e Política do Brasil I | 45 | - |
| | - História Social e Política do Brasil II | 45 | História Social e Política do Brasil I |
| | Ciência II: | | |
| | - Economia Política (para Filosofia) | 45 | - |
| | - Economia Política II (para Filosofia) | 45 | Economia Política I |
| | ou | | |
| | - Matemática I | 90 | - |
| | ou | | |
| | - Física Geral I | 90 | - |
| Estrutura e Funcionamento do Ensino de I e II Graus | Estrutura e Funcionamento do Ensino de I e II Graus | 75 | - |
| Psicologia da Educação | Psicologia da Educação V | 75 | Introdução à Psicologia |
| Didática | Didática | 60 | Psicologia da Educação V |

d

| MATÉRIA | DISCIPLINAS | CARGA HORÁRIA | PRÉ-REQUISITOS |
|--|---|----------------|----------------|
| Prática de Ensino | Uma das Disciplinas: | | |
| | a) Prática de Ensino de Filosofia, sob a forma de Estágio Supervisionado | 120 | Didática |
| | b) Prática de Ensino de História, sob a forma de Estágio Supervisionado | 120 | Didática |
| | c) Prática de Ensino de Sociologia, sob a forma de Estágio Supervisionado | 120 | Didática |
| | d) Prática de Ensino de Psicologia, sob a forma de Estágio Supervisionado | 120 | Didática |
| DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS | | | |
| DISCIPLINAS | CARGA HORÁRIA | PRÉ-REQUISITOS | |
| Introdução à Filosofia | 60 | - | |
| Introdução à Psicologia | 60 | - | |
| Sociologia I (Geral) | 75 | - | |

d

| <u>DISCIPLINAS</u> | <u>CARGA HORÁRIA</u> | <u>PRÉ-REQUISITOS</u> |
|------------------------------------|----------------------|-----------------------------------|
| Língua Portuguesa I | | |
| Língua Francesa I | 75 | |
| ou | 75 | |
| Língua Inglesa I | | |
| ou | | |
| Língua Alemã I | | |
| Estudo de Problemas Brasileiros I | 30 | |
| Estudo de Problemas Brasileiros II | 30 | Estudo de Problemas Brasileiros I |
| Educação Física | 30 | |

| <u>DISCIPLINAS OBRIGATORIAS DA UNIDADE DE TERMINALIDADE I</u> | | |
|---|----|---|
| Filosofia das Ciências Exatas I | 45 | |
| Filosofia das Ciências Exatas II | 45 | Filosofia das Ciências Exatas I |
| Filosofia das Ciências da Natureza I | 45 | |
| Filosofia das Ciências da Natureza II | 45 | Filosofia das Ciências da Natureza I |
| Lógica e Fundamentos da Matemática | 60 | Lógica II |
| Filosofia da Linguagem: O Empirismo Lógico | 60 | Lógica II e Filosofia das Ciências da Natureza II |
| Problemas da Física Clássica | 45 | |
| Problemas da Física Moderna | 45 | Problemas da Física Clássica |

| <u>DISCIPLINAS OBRIGATORIAS DA UNIDADE DE TERMINALIDADE II</u> | | |
|--|----|---|
| Filosofia da História I | 45 | |
| Filosofia da História II | 45 | Filosofia da História I |
| Filosofia Política I | 45 | |
| Filosofia Política II | 45 | Filosofia Política I |
| Filosofia das Ciências Humanas | 60 | |
| Hermenêutica Filosófica e Dialética | 60 | Filosofia das Ciências Humanas |
| Problemas de Economia Política I | 45 | Economia Política I |
| Problemas de Economia Política II | 45 | Problemas de Economia Política I e Economia Política II |

| <u>DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OPTATIVAS</u> | | |
|---|----|-------------------------|
| <u>GRUPO I: Disciplinas Filosóficas</u> | | |
| Metodologia Geral | | |
| Filosofia da Educação I | 75 | |
| Filosofia da Educação II | 45 | |
| | 45 | Filosofia da Educação I |

14

1462
P

| <u>D I S C I P L I N A S</u> | <u>CARGA HORÁRIA</u> | <u>PRÉ-REQUISITOS</u> |
|--|----------------------|--------------------------|
| <u>GRUPO II: Disciplinas Científicas</u> | | |
| Sociologia da Educação I | 60 | Sociologia I (Geral) |
| Sociologia da Educação II | 60 | Sociologia da Educação I |
| Fundamentos Biológicos da Educação | 75 | - |
| História da Educação I | 60 | - |
| História da Educação II | 60 | História da Educação I |
| <u>GRUPO III: Disciplinas Pedagógicas</u> | | |
| Legislação do Ensino | 60 | - |
| Currículos e Programas | 60 | - |
| Planejamento Educacional | 45 | - |
| Avaliação da Aprendizagem | 45 | - |
| Problemas Atuais da Educação | 45 | - |
| Introdução aos Recursos Audiovisuais na Educação | 60 | - |

Art. 5º - As disciplinas de formação filosófica integrantes da presente estrutura curricular e estabelecidas no artigo anterior, estão assim agrupadas de conformidade com a área de conhecimento da Filosofia:

4

15

1463

| | |
|---|--|
| <u>A - GRUPO DE HISTÓRIA DA FILOSOFIA</u> | <u>B - GRUPO DE FILOSOFIA DA AÇÃO</u> |
| Introdução à Filosofia | Ética I |
| História da Filosofia Antiga | Ética II |
| História da Filosofia Medieval | Filosofia Política I |
| História da Filosofia Moderna I | Filosofia Política II |
| História da Filosofia Moderna II | Filosofia da História I |
| História da Filosofia Contemporânea I | Filosofia da História II |
| História da Filosofia Contemporânea II | Hermenêutica Filosófica e Dialética |
| História da Filosofia no Brasil | |
| <u>C - GRUPO DE ONTOLOGIA</u> | <u>D - GRUPO DE LÓGICA E FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS EXATAS</u> |
| Introdução à Metafísica | Lógica I |
| Metodologia Geral | Lógica II |
| Ontologia I | Filosofia das Ciências Exatas I |
| Ontologia II | Filosofia das Ciências Exatas II |
| Antropologia Filosófica I | Lógica e Fundamentos da Matemática |
| Antropologia Filosófica II | |
| Teoria do Conhecimento I | <u>E - GRUPO DE FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS</u> |
| Teoria do Conhecimento II | Filosofia da Natureza |
| | Filosofia das Ciências da Natureza I |
| | Filosofia das Ciências da Natureza II |
| | Filosofia da Linguagem: O Empirismo Lógico |
| | Filosofia das Ciências Humanas |



Art. 6º - Além das disciplinas científicas que constam nesta estrutura curricular, a juízo do Colegiado do Curso, os alunos poderão escolher outras de igual natureza e cursá-las até o limite de 180 (cento e oitenta) horas-aula.

Art. 7º - As Unidades de Terminalidade objetivarão o aprofundamento terminal devendo o aluno optar por uma delas.

Art. 8º - Ao integralizar as disciplinas da Unidade de Terminalidade, o aluno só será considerado aprovado após apresentação e julgamento de uma dissertação que deverá versar sobre um tema pertinente à área de aprofundamento terminal escolhida.

Art. 9º - As disciplinas obrigatórias da Unidade de Terminalidade que não for escolhida pelo aluno, poderão ser cursadas isoladamente por esse aluno na condição de complementares optativas.

Art. 10 - A juízo do Colegiado do Curso, além das disciplinas optativas elencadas nesta Resolução, o aluno poderá cursar outras dentre as ofertadas pelos Departamentos dos diversos Centros do Campus I.

Art. 11 - Até o prazo de 04 (quatro) anos será vedada qualquer alteração na estrutura curricular fixada nesta Resolução, ressalvados os casos de adaptação às normas emanadas do Conselho Federal de Educação e os emergenciais a juízo do CONSEPE.



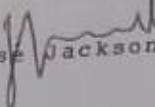
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

17

Art 12 - Caberá à Pró-Reitoria de Graduação, ou
vida a Coordenação do Curso, promover a adaptação curricular dos
alunos matriculados no curso em períodos letivos anteriores à vigên-
cia desta Resolução.

Art. 13 - Esta Resolução entra em vigor nesta da-
ta, revogadas as disposições em contrário.

CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, João Pessoa, 19 de junho de 1986.


José Jackson Carneiro de Carvalho
PRESIDENTE